

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA “VIOLÊNCIA” NA  
IMPrensa CAPIXABA, NO PERÍODO DA “GREVE DA POLÍCIA  
MILITAR”**

**ISIS GAUDERETO DRUMOND DE ABREU**

**VILA VELHA**  
**ABRIL / 2019**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA “VIOLÊNCIA” NA  
IMPrensa CAPIXABA, NO PERÍODO DA “GREVE DA POLÍCIA  
MILITAR”**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha - ES, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política para obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

**ISIS GAUDERETO DRUMOND DE ABREU**

**VILA VELHA**  
**ABRIL / 2019**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

A162u

Abreu, Isis Gaudereto Drumond de.

Uma análise da representação da "violência" na imprensa capixaba, no período da "greve da polícia militar" / Isis Gaudereto Drumond de Abreu. – 2019.

102 f. : il.

Orientadora: Manuela Vieira Blanc.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, 2019.

Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Violência. 3. Mídia social.  
4. Sociedade. I. Blanc, Manuela Vieira. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

**ISIS GAUDERETO DRUMOND DE ABREU**

**UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA “VIOLÊNCIA” NA  
IMPrensa CAPIXABA, NO PERÍODO DA “GREVE DA POLÍCIA  
MILITAR”**

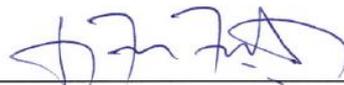
Dissertação apresentada à Universidade  
Vila Velha, como pré-requisito do  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia Política, para obtenção do  
grau de Mestra em Sociologia Política.

Aprovado em 05 de abril de 2019,

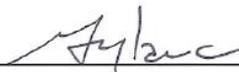
**Banca Examinadora:**



Prof. Dr. Renan Lubanco (Ufes)



Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV)



Profa. Dra. Manuela Vieira Blanc (UVV)  
(Orientador)

## AGRADECIMENTOS

Nos traços e versos de prosa que desenham essa dissertação, a poesia foi deixada de lado. Agora, neste singelo espaço, abusarei daquilo que mais vibra em meu coração. Agradeço ao Universo, em todas as suas formas, pela oportunidade de vivenciar o conhecimento tão intensamente, desde o início deste processo,

Agradeço minha orientadora, e agora amiga, Dra. Manuela Blanc, por todos os detalhes que tornaram este sonho possível e viável, mesmo quando eu parecia perdida e imersa em um mar de ansiedades. Aos membros da banca, Dr. Renan Lubanco e Dr. Vitor de Ângelo, que contribuíram enormemente, desde a qualificação, e me auxiliaram no exercício de obter êxito nesta batalha. Agradeço à Rafaela<sup>1</sup>, meu eterno anjo da guarda, que brilhou imensamente na coleta dos dados que construíram a análise.

Aos meus pais, Eustáquio e Valquíria, pela dedicação em exercício árduo de serem os melhores pais do mundo. À minha irmã e melhor amiga, Sarah, por construir meus sonhos comigo e acreditar nos meus passos mais loucos. Ao cunhado mais incrível que a vida poderia trazer, por todas as risadas e momentos felizes. Aos meus docinhos de amor, Maria Sophia e Maria Flor, pela fofura e felicidade em me promover ao cargo de Titia mais babona.

Ao meu amor, Thiago Silva, pelas noites não dormidas, pelos dias de ansiedade e por toda a ajuda, mesmo quando o tema parecia impossível de digerir. Sem você, absolutamente nada disso seria possível. Agradeço à Universidade Vila Velha, por me acolher tão bem em todos os momentos acadêmicos da vida e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção dessa ideia.

---

<sup>1</sup> "O processo de coleta dos dados se deu no âmbito do Grupo de Pesquisa Cep 29: Núcleo capixaba de estudos da experiência humana em meio urbano e com o auxílio de Rafaela Daima, bolsista de Iniciação Científica UVV, que realizou as buscas nas páginas dos jornais analisados e contribuiu com o processo inicial de organização do banco de dados que subsidiou o desenvolvimento deste trabalho."

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>05</b>
<b>1 1 .Produção jornalística, sociologia e sociedade. ....</b>	<b>23</b>
1.1 Jornalistas: Papel social e humano .....	30
1.2 Rótulos e estereótipo: A construção narrativa pela caricatura.....	36
1.3 O enquadramento de Goffman e o recorte da violência para o jornalismo e as relações sociais .....	40
<b>2. Violência, mídia e imaginário social .....</b>	<b>50</b>
2.1 Sensacionalismo como recurso jornalístico .....	54
<b>3. Uma leitura de A Gazeta e A Tribuna: Análise de Conteúdo a partir da Greve da Polícia Militar do ES.....</b>	<b>59</b>
3.1 Janeiro: O mês antecessor .....	61
3.2 Fevereiro: o mês do caos.....	65
3.3 Março: O começo do fim do caos .....	74
3.4 A semana do Caos (05 a 10 de fevereiro).....	79
3.5 Para além das capas e manchetes .....	82
<b>4. Considerações Finais.....</b>	<b>87</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>90</b>

## Lista de Figuras

Figura 1, A Tribuna, 04/02/2017 -----	14
Figura 2, A Tribuna, 24/02 2017-----	16
Figura 3, O Globo, 2000 – Ônibus	174
Figura 4, A Gazeta, 16/01/2017-----	62
Figura 5, A Tribuna, 16/01/2017-----	64
Figura 6, A Gazeta, 17/02/2017-----	66
Figura 7, A Gazeta, 15/02/2017-----	67
Figura 8, A Gazeta, 14/02/2017-----	67
Figura 9, A Gazeta, 07/02/2017-----	68
Figura 10, A Gazeta, 06/02/2017-----	69
Figura 11, A Gazeta, 09/01/2017-----	71
Figura 12, A Gazeta, 08/02/2017-----	71
Figura 13, A Gazeta, 17/02/2017-----	71
Figura 14, A Tribuna, 14/02/2017-----	74
Figura 15, A Gazeta, 22/03/2017-----	75
Figura 16, A Gazeta, 12/03/2017-----	77
Figura 17, A Gazeta, 15/03/2017-----	78
Figura 18, A Gazeta, 23/03/2017-----	78
Figura 19, A Tribuna, 16/03/2017-----	79
Figura 20, A Gazeta, 05/02/2017-----	81
Figura 21, A Gazeta, 08/02/2017-----	82
Figura 22, A Tribuna, 08/02/2017-----	82

## RESUMO

ABREU, ISIS M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, abril de 2019.  
UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA “VIOLÊNCIA” NA IMPRENSA  
CAPIXABA, NO PERÍODO DA “GREVE DA POLÍCIA MILITAR”. Orientador:  
Manuela Vieira Blanc.

Em fevereiro de 2017, o cidadão capixaba vivenciou as consequências de um movimento atípico em sua rotina. Do dia 04 ao dia 25 do mesmo mês, mulheres e familiares de Policiais Militares, decretaram estado de greve por melhores condições de trabalho e reajustes salariais. Desde o primeiro dia de paralização, a imprensa local destinou-se ao acompanhamento e divulgação dos fatos ocorridos no período. A partir desses conteúdos, este trabalho propôs uma reflexão analítica que desencadeou no seguinte questionamento: De que maneira os jornais A Gazeta e A Tribuna representaram os acontecimentos ocorridos no Estado, durante a greve da PM, em fevereiro de 2017? Ao promover tal reflexão, objetivou-se tecer uma discussão complexa entre jornalismo, enquanto função social, a sociedade enquanto protagonista da realidade e a violência, principal categoria correlacionada às reportagens analisadas, enquanto conceito-chave na cobertura do cenário apresentado pela mídia.

Palavras-chave: Violência; Greve da PM; Mídia; Sociedade

## **ABSTRACT**

ABREU, ISIS, M.Sc, University of Vila Velha – ES, april de 2019.  
**An analysis of the representation of "violence" in the capixaba press, in the period of the "strike of the military police".** Advisor: Manuela Vieira Blanc

In February 2017, the Capixaba citizen experienced the consequences of an atypical movement in his routine. From the 4th to the 25th of the same month, women and families of Military Police officers decreed a strike state due to better working conditions and salary readjustments. From the first day of paralysis, the local press was used to monitor and publicize the events that occurred in the period. Based on these contents, this work proposed an analytical reflection that led to the following question: How did the newspapers A Gazeta and A Tribuna represent the events occurred in the State during the PM strike in February 2017? In promoting such reflection, it was intended to weave a complex discussion between journalism, as a social function, society as protagonist of reality and violence, the main category correlated to the analyzed articles, as a key concept in the coverage of the scenario presented by the media.

**Keywords:** Violence; PM strike; Media;Society

## Introdução

Entender a complexidade do fazer jornalístico é tão indispensável quanto buscar esclarecimentos sobre a sociedade. Para tanto, entende-se o primeiro como o produto advindo da construção de mundo de um povo. Mais do que uma profissão, o jornalismo se apresenta como a tentativa de trazer luz e esclarecimento às narrativas sobre o “nós”.

Diferente de outras formas de trabalho, o jornalismo absorve conhecimentos de distintas áreas, traduz o conteúdo de maneira simplificada e constrói um novo “jeito de contar” para que a sociedade seja capaz de entender a realidade do mundo. Portanto, refletir sobre essa atuação é chamar atenção para os indivíduos enquanto sociedade, na busca pela construção de identidade de um povo.

Neste aspecto, questiona-se como a sociologia e a comunicação se entrelaçam ao criar métodos de identificação do indivíduo para além de sua própria forma de enxergar o espelho. Mais do que um direcionamento sobre os olhares conferidos a determinados grupos sociais, a comunicação, pelo viés específico do jornalismo, se mostra responsável pela marca deixada no indivíduo social ao longo da construção midiática proposta pelo que se vê na vida real. TRAQUINA (2005)

Autores da comunicação e da sociologia como, Traquina (2005), Kovach e Rosenstiel (2004) e Goffman (2012), buscam em suas respectivas áreas, entender o processo das vivências das experiências humanas, traduzidas nas páginas dos periódicos mundiais. A revelação encontrada em todas as obras é que o processo de enquadramento interfere direta e indiretamente na maneira como o ser humano experiencia o mundo ao seu redor.

Para Goffman (2012), é na escolha dos quadros que se constitui o objetivo da notícia. É na maneira de contar a história, desde a descrição do cenário até o auge da cena retratada, que um fato deixa de ser cotidiano e passa a ser entendido como notícia. Ressaltando-se, sempre, que o processo de escolha do

que é relevante nunca passa somente pelo crivo pessoal do jornalista, mas também pelo veículo ou grupo ao qual ele se reporta.

Ainda para o autor, há um processo de violência editorial vinculada ao fazer jornalístico que constitui a notícia. Não é uma simples “contação de histórias”. Para ele, a reportagem carrega todo o peso das decisões proferidas pelo grupo midiático em questão.

É óbvio que os acontecimentos passageiros típicos ou representativos não constituem notícias só por essa razão; apenas os acontecimentos extraordinários são notícias, e mesmo estes estão submetidos à violência editorial praticada rotineiramente por redatores afáveis. Nossa compreensão do mundo precede essas histórias, determinando quais delas os repórteres selecionarão e como serão contadas aquelas que foram selecionadas (Goffman, 2012, p. 38).

Numa perspectiva mais aprofundada, vale salientar que alguns temas recebem enquadramentos diferenciados, não somente pela complexidade com que se apresentam, mas pelo que podem causar na experiência das relações humanas.

A violência, por exemplo, é um dos temas oportunos para abrir discussões desse gênero. Questionou-se, neste trabalho, como o jornalismo impresso, em especial o capixaba, adota metodologias específicas para a representação da violência no Espírito Santo.

Com o objetivo de entender os processos de produção e abordagem que constroem o produto que chega às bancas e usando como recorte um período “icônico” como o caso da “Greve da Polícia Militar<sup>2</sup>” do ES, vivenciada em fevereiro de 2017, este trabalho analisou as reportagens produzidas para os veículos locais durante e depois do período em questão sob a perspectiva metodológica da análise de conteúdo.

---

<sup>2</sup> O termo utilizado neste trabalho não tem o objetivo de fazer juízo de valor sobre o que motivou ou deu início às paralizações. Optou-se por adotar este termo, já que ele foi um dos mais utilizados pela população e pela imprensa local e nacional, no período referido. A título de conhecimento, vale constar que o período também ficou popularmente conhecido como “Semana do Bandido”, “Semana da Segurança Pública” e “Greve das Esposas de PM”. O termo será aqui tratado, portanto, como uma categoria nativa.

Interessa-nos aqui, discutir a função social do jornalismo e conseqüentemente do jornalista, ao refletirem sobre casos como o mencionado, além promover um debate sobre a competência do profissional que, conforme aponta a história, tende a promover relatos sobre realidades das quais ele jamais vivenciou.

Nessa construção teórica, cabe buscar entendimento sobre o reconhecimento da imprensa como instituição. Por isso, ela acaba por ocupar espaço de privilégio, já que detém o poder – e a obrigação – de desempenhar funções específicas. Sobre este fato, Nilson Lage (2001, p.12) afirma que enquanto possibilidade material, a imprensa já era realidade muito antes de exigência social que a fez nascer. E na complementação dessa ideia, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004, p.249) refletem sobre uma metáfora que desenha o jornalismo como uma “cartografia moderna”. Segundo eles, é através dessa função, que são criados os mapas para que a sociedade interaja com o mundo. De acordo com esse preceito, essa é não só a utilidade, mas o motivo econômico da ocupação (jornalismo) existir.

Em resumo, propaga-se o jornalismo como a instituição responsável por oportunizar a divulgação dos acontecimentos de relevância social, levando em consideração que após todo o processo de filtragem, apuração, entrevistas, redação e edição, é que vão surgir os produtos finais, conhecidos como notícias.

Na tentativa de buscar respostas sobre o porquê as notícias se constituem na forma como as conhecemos hoje, Nelson Traquina (2005, p.117) afirmou: “ Os jornalistas professam; professam saber o que é notícia e como escrevê-la”. A frase, que se tornou ícone no mundo da comunicação, se refere ao lugar de construção técnica e científica ao qual o jornalista deve se enquadrar (ou quer se enquadrar). Além disso, ela faz alusão ao processo de evolução histórica que concebeu o jornalismo enquanto profissão. Ressaltando, é claro, que essa evolução originou rupturas e novos processos que, ao longo dos anos, descaracterizaram parte das funções estabelecidas nos primórdios da profissão.

Um dos períodos de maior transformação evolutiva para a profissão foi o decorrer do século XIX. Com o desenvolvimento do capitalismo, além da

produção em massa e do processo de crescimento tecnológico, as notícias passaram a ocupar um espaço de maior relevância na estrutura social. Os jornais passaram a se desenvolver enquanto modelo de negócio, e os jornalistas precisaram desenvolver um processo de profissionalização, com o objetivo de angariar maior autonomia na produção (Traquina, 2013, p.20)

Neste processo de construção, é inevitável pensar em um conjunto normativo de imagens que permeiam a figura do jornalista. De um lado, a sociedade delimita o que acredita ser a função social e as características destes profissionais, e conseqüentemente do produto que eles desenvolvem, do outro, o próprio jornalista também cria uma imagem do que ele enxerga sobre o público para quem ele fala e sobre quem ele escreve.

A partir do panorama que se estabelece entre o jornalismo e a sociedade, constrói-se um *ethos* que acaba por caracterizar essa categoria. Sobre este marco, Traquina (2005, p.202-203) afirma que esse *ethos* é o responsável pela definição social de que o jornalista tem, por obrigação, informar os cidadãos sobre a realidade do mundo. Além disso, ele destaca que após informar, ele precisa primar pela proteção contra eventuais abusos de poder, advindos de qualquer espécie. Em resumo, o autor reconhece o fazer jornalístico como um “contra-poder”.

A partir dessas visões e conceitos, algumas questões tornam-se passíveis ao esquecimento. Com a função estabelecida, o imaginário sobre a profissão acaba por esconder que o jornalismo nada mais é do que o processo de escolha que determina o que é ou não relevante para ser levado ao público.

Traquina (2005) menciona que nessa associação, para promovermos a legitimação do jornalismo que narra a realidade do mundo, é preciso estar atento à figura do próprio jornalista, para que em determinado momento, sejamos capazes de entender seu local de fala, seus conhecimentos e o seu ponto de vista em relação ao objeto que se pretende noticiar.

Na perspectiva mencionada, é preciso olhar a figura do jornalista como o observador do processo e produtor do conteúdo. É ele quem vai determinar, a partir de sua visão de mundo, como uma notícia chegara ao conhecimento da sociedade. Nesse sentido é primordial estar atento aos processos de escolhas e critérios que tornam o fazer jornalístico diretamente responsável pela percepção da sociedade para com o mundo em questão.

Interessa-se para esta pesquisa, portanto, refletir sobre a produção de conteúdo jornalístico, no que diz respeito às representações da violência publicadas nos dois principais jornais da Região Metropolitana da Grande Vitória. Ao traçarmos as reflexões pretendidas, considera-se oportuno enfatizar a complexidade do grupo que se discute.

Para a construção desse conhecimento, é preciso entender que ainda que exista uma vontade utópica de construir conteúdos objetivos e imparciais parte dos jornalistas, o processo de evolução técnica, política e econômica da profissão mostra um panorama que aponta para um entrelace com a subjetividade. O jornalismo é uma atividade que se constrói, principalmente, através do reflexo das visões de mundo dos que a fazem.

A partir desses conteúdos, este trabalho propôs uma reflexão analítica que desencadeia no seguinte problema de pesquisa: **De que maneira os jornais A Gazeta e A Tribuna representaram os acontecimentos que decorreram na Grande Vitória no período da greve da PM, em fevereiro de 2017.** Ao promover tal reflexão, objetivou-se tecer uma discussão complexa entre o jornalismo, enquanto função social, a sociedade, enquanto protagonista da realidade e a violência urbana, principal categoria correlacionada às reportagens analisadas, enquanto conceito-chave na cobertura do cenário apresentado pela mídia.

Para a delimitação das hipóteses, fez-se necessário entender como a mídia se comportou naquele período e de que maneira a linguagem e o formato foram adaptados para o contexto social apresentado no período em questão. Para isso, é importante ressaltar que os objetivos deste trabalho não se relacionaram com

as motivações que resultaram no estado de greve. Pretendeu-se, nessa discussão, fazer uma análise de conteúdo da construção jornalística local do período estabelecido como recorte, através dos acontecimentos noticiados e correlacionados, pelo discurso jornalístico, ao período em questão.

Neste caso, e dados os resultados obtidos no mapeamento do material documental coletado, fez-se necessário analisar as formas como o jornalismo estimulou as representações da violência, fazendo alusão ao modo como ele atua na sociedade, enquanto sujeito. Acredita-se, portanto, que pesquisas sobre essa representação midiática auxiliam no processo de entendimento do mundo e permitem uma visão mais crítica sobre as formas e linguagens que contam, apontam e representam os recortes da realidade.

Objetiva-se questionar, aqui, a visão sobre algo cotidianamente comum. Abarcando uma coleta de dados que se antecipa aos acontecimentos decorridos a partir da “greve da PM”, destacamos que a “violência urbana” já fazia parte dos noticiários. A categoria está presente não só nos cadernos de polícia, mas, não raramente, nos de cidades e política. A pergunta que se fez presente aqui, é: **em um período tão icônico como a greve da polícia militar, houve alteração na linguagem adotada rotineiramente pelos jornais A Tribuna e A Gazeta, quanto à “violência urbana”? E, por serem constituídos para públicos diferentes, há distanciamento no posicionamento editorial e linguístico entre esses dois jornais, no que tange a forma de contar essa história?**

Por fim, objetivando utilizar a metodologia de análise de conteúdo, **sendo o sensacionalismo uma estratégia corriqueira de alguns jornais impressos que buscam trazer a espetacularização dos fatos, houve maior incidência dessa estratégia no período referido?**

Por este trabalho estar inserido em um programa de pós-graduação em sociologia política e sua autora ser jornalista por formação e estar inserida no mercado, o presente trabalho buscou aprofundar o enlace entre a construção midiática e os processos de representação da violência urbana, a fim de promover um debate oportuno não só ao universo acadêmico, mas à comunidade que se vê rotulada e representada pelos diálogos da mídia.

Tomou-se como objetivo geral dessa pesquisa, analisar como os jornais capixabas A Tribuna e A Gazeta construíram o conteúdo jornalístico sobre a greve da Polícia Militar, no ES, em fevereiro de 2017, tendo como recorte as construções narrativas em torno do problema “violência urbana”, identificado como categoria correlata aos acontecimentos que lhe foram decorrentes. Esta categoria será aqui tratada como uma categoria nativa<sup>3</sup>, constructo dos jornais em suas narrativas, e nos interessa igualmente compreender de que modo está será definida pelos dois impressos analisados.

Para além de um panorama geral, constituiu-se como objetivos específicos deste trabalho:

- **Analisar os conteúdos e formatos adotados para noticiar a violência urbana no período da “greve da Polícia Militar” do ES;**
- **Analisar os critérios de noticiabilidade das matérias mais repercutidas no período;**
- **Produzir um debate sobre o sensacionalismo na repercussão da violência urbana.**

Para tornar essa pesquisa possível, parte-se de uma pré-disposição da imprensa nacional em evidenciar casos de violência urbana de maneira sensacionalista, promovendo a espetacularização do fato. Há uma tendência, por parte da mídia, repercutir massivamente esses fatos, em proporções maiores do que em outras editorias, como Cultura e Cidades (SOUZA,2000). Essa afirmação será discutida através do posicionamento de autores da comunicação social e da sociologia, sempre buscando criar um raciocínio crítico embasado não só na história, mas também nas técnicas utilizadas pelos veículos na hora de construir seus conteúdos narrativos, assim como pretendemos demonstrar.

Para a construção metodológica deste trabalho, foi adotada a análise de conteúdo dos jornais A Tribuna e A Gazeta, que se constituem como os maiores jornais da Grande Vitória. Segundo os objetivos aqui estabelecidos, foram analisados os cadernos de polícia, política e cidades, de janeiro fevereiro e

---

<sup>3</sup> Por isso apresentada inicialmente entre aspas. Daqui em diante, nos abstermos do uso das aspas.

março de 2017. Este período prolongado de análise – levando em consideração que o período da greve durou menos de 30 dias – fez-se necessário para que a pesquisa pudesse avaliar se houve mudança no discurso da representação da violência somente no período demarcado, ou se houve similaridade na linguagem, independente de um fator agravante como a greve referida. Para Maria Cecília Minayo (1999, p.303), “a análise de conteúdo diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tomar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos”.

Para concluir essa etapa, foram utilizados os acervos digitais de A Gazeta e A Tribuna, disponíveis para assinantes das redes, com o objetivo de unir todos os materiais do período definido anteriormente.

Após esse processo de coleta de dados, foram feitas as análises e a união delas ao corpo teórico deste trabalho. Por fim, as conclusões objetivaram traçar o olhar conferido pela mídia para os acontecimentos decorridos no período da greve e que colocaram em especial destaque, em ambos os jornais, aos casos de violência urbana ocorridos durante esse período vivenciados no período da greve.

Para a construção do corpo deste trabalho, dividimos a pesquisa em três capítulos. O primeiro foi destinado à construção teórica que apresenta o panorama da constituição do jornalismo enquanto profissão e função social. Para isso, fez-se necessário entender como foi estabelecida a capacidade técnica de narrar o cotidiano como algo primordial para a sociedade. Através de um breve histórico, entendeu-se a ideia de como o jornalismo foi criado e como os seus objetivos que nasceram pela militância, foram sendo transformados, principalmente por conta da evolução econômica e empreendedora. Objetivou-se, também, entender os rótulos e estereótipos criados pela construção de conteúdo e de que maneira eles interferem no modo como o cidadão enxerga a sociedade.

O segundo capítulo destinou-se a estabelecer uma construção teórica entre o que é a violência em si, como ela é percebida pela sociedade e de que maneira

essa percepção muda no que se refere a representação midiática de sua ocorrência. Além disso, buscou-se, através de obras da Segurança Pública e da Sociologia, traçar uma relação entre a mídia sensacionalista e a rotulação da violência urbana em períodos de crise, para que nos fosse possível analisar de que modo os jornais selecionados constroem suas narrativas em torno desta categoria.

Por fim, o terceiro capítulo apresentou a análise de conteúdo dos dados coletados em A Gazeta e A Tribuna. Neste momento da pesquisa, foi possível traçar um panorama geral da representação midiática da violência urbana, antes, durante e depois da greve da PM. Esta etapa contribuiu para o entendimento do papel da imprensa na representação da violência e suas implicações na sociedade.

Antes de passarmos às reflexões possibilitadas por esta pesquisa, vamos passar por uma breve explanação sobre o contexto que originou o período de recorte, os principais fatos vivenciados e noticiados pelos jornais, além de um sucinto histórico dos jornais utilizados como objetos de pesquisa deste trabalho.

### **O período de recorte: fatos e histórias contadas pela mídia**

No dia 04 de fevereiro de 2017, quando as primeiras reportagens começaram a desenhar o cenário de paralização dos Policiais Militares de todo o Estado, as manchetes ainda não esclareciam o contexto completo sobre a desordem que se instalaria por meio da violência. Tudo o que se via eram mulheres, mães e familiares de policiais bloqueando as saídas dos quartéis, reivindicando melhores condições de trabalho e salários compatíveis com a inflação, dada a sua defasagem desde o reajuste de 2010 (A Tribuna, 05/02/2017).

A primeira reportagem veiculada foi no jornal A Tribuna e não trazia grande enfoque às previsões do cenário que se instalaria no Estado. Isso se evidencia, inclusive, pelo espaço reduzido dado ao caso. No dia 04 de fevereiro, a página 16 de A Tribuna trazia apenas uma nota no canto inferior esquerdo com a informação da promessa de paralização efetiva dos policiais a partir do dia seguinte.

# Famílias de PMs prometem fechar entradas de batalhões

Famílias de PMs prometem fechar entradas de batalhões no Estado hoje para impedir a saída das radiopatrulhas como forma de protestar por melhores salários e condições de trabalho para os policiais. Ontem, os protestos iniciaram.

Em mensagens nos grupos de WhatsApp, as mulheres de militares informaram que haverá protestos em frente aos batalhões da Grande Vitória; do Norte, do Sul, além do Batalhão de Polícia de Trânsito e da Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam).

“Estaremos em frente ao portão da 3ª Companhia (Barcelona)”, disse a mulher de um PM da Serra, que não quis ser identificada.

Ontem, as mulheres de PMs protestaram em frente à 6ª Companhia (Feu Rosa) do 6º Batalhão (Serra) e do 7º Batalhão (Cariacica), onde permaneceram bloqueando a saída

de veículos do local.

Associações ligadas aos militares informaram que não estão à frente das ações, mas que são importantes. “Quem sangra nas ruas e cuida da população não está sendo reconhecido”, disse o presidente da Associação de Cabos e Soldados, sargento Renato Martins.

“Quando a família se manifesta, é

porque o limite providencial se esgotou”, afirmou o presidente do Clube dos Oficiais, major Rogério Fernandes. Na noite de ontem, representantes do movimento se reuniram com o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, mas até o fechamento da edição, negociações não haviam avançado com o governo do Estado.



Figura 1, A Tribuna, 04 de Fevereiro de 2017

Ainda segundo a imprensa local e os relatórios oferecidos pelo Ministério Público, na madrugada do dia 04, o estado de greve foi oficializado e não havia qualquer tipo de policiamento militar nas ruas da maior parte do Espírito Santo. Além da Grande Vitória, cidades como Linhares, Aracruz, Colatina e Piúma também decretaram o mesmo estado.

As reivindicações, segundo as reportagens analisadas em A Gazeta e A Tribuna, partiram de questões salariais e chegaram ao debate de direitos aos adicionais por insalubridade, equipamentos mais modernos e melhores condições de trabalho. A greve foi decretada por 08 mulheres e teve adesões até o fim do período em questão. Além das melhores condições, os manifestantes exigiam anistia geral das possíveis sanções aplicadas ao longo do processo, já que, por se tratar de um órgão público militar, o estado de greve não é permitido por lei.

Uma das primeiras declarações de reivindicação oficial partiu do Major Rogério Fernandes, com a denúncia pela falta de coletes a prova de balas e as condições sucateadas do hospital da PM.

O processo se agravou quando o vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis do estado, também decretou estado de greve após a morte de um integrante da corporação na cidade de Colatina.

Durante as duas semanas de paralização, notícias de avanços nas negociações trouxeram alívio para a população que, teve sua rotina parcial ou totalmente transformada antes mesmo da retomada total das atividades pelos PMs. Algumas medidas de reforço na polícia civil fizeram parte da ação, mas, perto dos sete dias de greve, outras forças foram solicitadas para intervir diretamente na situação do Estado.

Com o agravamento das questões em torno da manutenção da segurança pública, o Estado recebeu reforço de 1.850 homens das Forças Armadas e Força Nacional, segundo informações fornecidas pelo governo aos jornais locais (A Gazeta, fevereiro de 2017). Foram registrados inúmeros homicídios, roubos e furtos durante o período e grande parte das informações chegaram para a população através da imprensa, que mapeou números e contextos vivenciados por moradores de todas as regiões do Espírito Santo.

Três meses após o episódio, a Rede Gazeta compilou as matérias, cruzou dados obtidos ao longo das investigações do caso e trouxe à população um mapa com relatórios quantitativos e qualitativos que expuseram a situação vivenciada no mês de fevereiro de 2017.

Segundo informações veiculadas no Gazeta Online, dos quase 200 mortos notificados pela imprensa no período, 94 já tinham alguma condenação ou respondiam processos na justiça. Isso representa 48,5% das vítimas. Os outros 51,1% não tinham nenhuma pendência ou impedimento com a justiça brasileira.

“Os dados foram obtidos com exclusividade por A GAZETA após três meses de investigação. A pesquisa também apontou que mais pessoas morreram em fevereiro. Ao final da greve, que ocorreu de 4 a 25 de fevereiro deste ano, a contagem era de 200 homicídios, com base em dados do Sindicato dos Policiais Civis que divulgava os dados todos os dias durante a paralização. Depois, o Ministério Público Estadual recalculou o número para 210. Mas após um trabalho de cruzamento de dados da reportagem, a conclusão foi de que houve 219 mortes, incluindo casos de latrocínio, balas perdidas e confrontos com a polícia. Nos dados coletados, também foram consideradas as vítimas que deram entrada no Departamento Médico Legal (DML) no dia 26 de

fevereiro, uma vez que os corpos levavam muito mais tempo para serem recolhidos” (Gazeta Online, 2017)

Na contramão da greve que se instalava nos quartéis, a mídia acelerou sua ação com a premissa de manter a população informada sobre o que acontecia no cenário de “guerra” descrito por moradores e jornalistas.

A mídia nacional noticiou igualmente os acontecimentos daquela semana. De um lado, governo e grandes empresários enfatizando a “normalidade” da rotina. De outro, a população assistia transmissões que emplacavam altos números de mortos, assaltos, furtos e sequestros.

No dia 24 de fevereiro, foi publicada e, A Tribuna uma página inteira com notícias direta ou indiretamente relacionadas ao caso. Destaca-se o decreto da Justiça estadual que obrigou a identificação, a intimação e a citação de todas as pessoas que ainda tivessem impedindo a passagem dos policiais que deveriam voltar ao exercício de suas tarefas. O Juiz responsável pela ocasião, autorizou, inclusive, o uso da força policial e o pagamento de multas que poderiam chegar aos 10.000 reais ao dia, caso alguém se recusasse a finalizar a paralização.

#### CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

## Força policial para liberar batalhões

A Justiça estadual decidiu ontem que todos os manifestantes, não apenas as mulheres, que estiverem bloqueando a entrada do Quartel do Comando Geral (QCG) e de batalhões na Grande Vitória sejam identificados, intimados e citados.

A decisão proferida pelo juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, diz que o desbloqueio dos batalhões deve ser feito “com o apoio e uso moderado da força policial, desde já requisitada por este Juízo, cujos militares deverão ser indicados pelo Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Nelson Rodrigues, ou pelo Ilustre Secretário Estadual de Segurança Pública, André Garcia”.

Quem descumprir a decisão de liberar as unidades está sujeito à multa diária de R\$ 10 mil e a responder a processo criminais.

A Secretária de Estado da Segurança Pública e a Polícia Militar não informaram quantos militares ficariam incumbidos da missão ou se vão usar a força.

A decisão do juiz ocorreu após tentativas sem sucesso de notificar, inicialmente, um grupo de 10 mulheres, que seria responsável pelo movimento parafista iniciado no último dia 3. Elas foram identificadas pelo serviço de inteligência da PM.

A notificação aos membros do movimento de familiares dos PMs, segundo o magistrado, será feita “com urgência” pelo oficial plantonista, que deverá obter a identificação/qualificação de cada pessoa encontrada no denominado



MULHERES EM FRENTE ao Quartel do Comando Geral: nova decisão para identificar e retirar manifestantes

ato de protesto”. O texto da decisão registra ainda que as pessoas identificadas, notificadas e citadas irão “responder a presente ação, sem prejuízo da consequente responsabilização civil e criminal das mesmas”.

A última liminar foi concedida em 14 de fevereiro, e determinava a 10 mulheres apontadas como líderes do movimento que desbloqueassem os acessos às unidades da PM, o que não foi cumprido.

## Nova lista para demitir PMs

O Boletim Geral da Polícia Militar publicou ontem uma nova lista de policiais militares que vão responder ao Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAO-RO), que pode culminar em demissão. Foram publicados os nomes de mais 20 soldados, que são todos do 4º Batalhão (Vila Velha). De acordo

com a portaria, o afastamento desses policiais é imediato.

Além da lista, a polícia informou que a soldado que recebeu voto de prisão de seu comandante, em Comissão da Barra, também vai responder a processo demissionário e Inquérito Policial Militar (IPM), que pode resultar em prisão.

#### O QUE DIZ A DECISÃO JUDICIAL

### Prevista multa diária de 10 mil

**Desocupação**  
O Juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, decidiu que todos os manifestantes, não apenas as mulheres, que estiverem bloqueando quartéis, batalhões e unidades da PM na Grande Vitória deverão ser identificados e citados para responder à ação civil

pública movida pelo governo do Estado e que eles devem desocupar, imediatamente, as unidades, sob pena de receberem multa diária de R\$ 10.000.

O USO MODERADO DA FORÇA foi autorizado pela decisão judicial, que será cumprida por oficiais de justiça com o auxílio de policiais militares.

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RITO ORDINÁRIO

### Policiais são do 4º Batalhão

- 1 Sd Larissa Carvalho Caldas
- 2 Sd Rhuann de Souza Medeiros
- 3 Sd Otavio Bascotto Junior
- 4 Sd Fabio Silva de Souza
- 5 Sd Tiago Batista Pereira
- 6 Sd Renan Ribeiro de Oliveira
- 7 Sd Vanessa Coutinho Ferreira
- 8 Sd Nelton Augusto Banta Costa
- 9 Sd Vitor Soares Peyrotton
- 10 Sd Igor Afonso da Silva
- 11 Sd Caio Guimaraes de Oliveira
- 12 Sd Arthur Pinheiro Squitira
- 13 Sd Allan Cardoso Santana
- 14 Sd Jose Geraldo de Sa Junior
- 15 Sd Eduardo Lima de Oliveira
- 16 Sd Marcos Israel Ferreira da Silva
- 17 Sd Elienai Dione Euzébio
- 18 Sd Daniel Silva Guimarães
- 19 Sd Gabriel Mendonça Santana
- 20 Sd Yuri Alan Silva Aczuly

Figura 2, A Tribuna, 24 de Fevereiro de 2017

Após a reunião com os envolvidos, no dia 24 de fevereiro, mediada pelo Ministério público do trabalho, as atividades foram retomadas.

### **Atos de violência: O que foi apresentado pelos órgãos oficiais e replicado pela mídia**

De acordo com o Sindicato dos Policias Civis do Espírito Santo, a partir de reportagem especial divulgada por A Gazeta três meses após o fim da greve, foram cerca de 200 mortes violentas registradas em todo os Estado, com destaque para o município da Serra que protagonizou 50 destes casos. Ainda segundo o Sindicato, os dias campeões em números de mortes foram os dias 06 e 07 de fevereiro, com 40 e 22, respectivamente.

Para a Ordem dos Advogados do Brasil, até o dia 10 de fevereiro, de todos os mortos identificados na greve, 90% eram homens, em sua maioria entre 17 e 20 anos de idade. Ainda segundo A OAB, grande parte dos crimes foi cometido por disparos de armas de fogo e por pessoas com algum antecedente criminal. (A Gazeta, 2017).

O Departamento Médico Legal (DML) informou à imprensa que suas instalações permaneceram lotadas durante todo o período de greve, superando o número de corpos despachados normalmente em períodos corriqueiros. Até hoje, os números não são confirmados com exatidão. Há divergências nas informações, mesmo após dois anos do período em questão.

Para além das mortes, outros números foram massivamente repetidos pela mídia e pelos órgãos oficias. Mais de 600 veículos furtados, lojas saqueadas e depredadas por moradores e um prejuízo estimado em 300 milhões de reais para o comércio local.(A Tribuna, 2017)

Houve repercussão internacional e vários periódicos do mundo apresentaram suas versões sobre o que estava acontecendo no Espírito Santo. Neste sentido, a abordagem utilizada pela mídia externa corroborou com o discurso adotado

pela regional. As manchetes continham elementos que davam a dimensão ampliada do caos vivenciado pelo Estado em fevereiro de 2017.

O *The Wall Street Journal* noticiou, no dia 08 de fevereiro de 2017 o caso com a manchete: “Caos cresce em meio a greve policial em estado do Brasil<sup>4</sup>”. No mesmo sentido, a emissora *Al Jazeera*, publicou, no dia 09 de fevereiro, "Estado do Brasil encara caos mortal em meio a greve policial<sup>5</sup>". Estes são alguns dos exemplos da ampla repercussão da mídia no que se referiu ao cenário regional vivenciado pelo Espírito Santo.

### **O contexto de A Gazeta e A Tribuna: narrativas de quem viu cada rede nascer**

#### A TRIBUNA

Por meio do site da Rede Tribuna, é possível conhecer o histórico de um dos maiores jornais impressos do Espírito Santo. Fundado em 22 de setembro de 1938, ele objetivou inaugurar um “novo estilo” de fazer jornal no Estado. “Manchetes em corpo enorme nas capas e nas páginas centrais, muitas ilustrações, farta cobertura esportiva, linguagem forte, publicações de muita informação de utilidade pública, um autêntico jornal popular”<sup>6</sup>. Desde então, há 80 anos, o periódico objetiva manter-se em circulação.

Em um debate histórico sobre a trajetória dos meios de comunicação capixabas, Amanda Tito, João Cláudio de Santana e João Tarcísio (2008, p.40) apontam que o jornal foi fundado pelo jornalista Reis Vidal, em 1938 e sua primeira característica permeava a ideia de manifestação de ideias consideradas fascistas. Portanto, de acordo com os autores, o periódico acabou por enfrentar sérios problemas de engajamento ao longo da Segunda Guerra.

Somente em 1950, com a venda do veículo para um grupo ligando ao Partido Social Progressista (PSP) é que ele passa a assumir uma identidade regionalista

---

<sup>4</sup> Tradução nossa

<sup>5</sup> Tradução nossa

<sup>6</sup> Informações disponíveis em: <<https://tribunaonline.com.br/p/jornal-a-tribuna-institucional>>.

que culminou com o formato de um jornal diário que abordava somente o Espírito Sando. Com esse posicionamento, mais tarde, A Tribuna se tornaria o maior concorrente de A Gazeta. (TITO; SANTANA; TARCÍSIO, 2008, p. 41).

Por conta da ligação com o partido, o jornal fez mantinha relações próximas com o do governo do Estado e só foi desvinculado desse papel quando exerceu oposição a Santos Neves. Um pouco mais tarde, objetivando gerar uma repercussão positiva por parte de seus leitores, A Tribuna propôs uma série de reportagens que relatavam problemas sociais enfrentados pelos bairros da capital. (SILVA et al., 2008, p. 145)

Após atravessar graves problemas financeiros, o jornal precisou ser vendido, dessa vez, para um empresário pernambucano que nomeia o grupo João Santos, atuante, na época, nos ramos de comunicação, papel, celulose, cimento e transporte. Em 1968 o grupo assumiu o periódico e essa coordenação se mantém até os dias de hoje. (TITO; SANTANA; TARCÍSIO, 2008, p. 41).

No controle de um grupo que gerenciava diversos seguimentos, João Santos Filho protagonizou aspirações que pareciam ousadas para a época. Com ambições políticas, ele queria mais do que somente o impresso. Planejou a evolução e após o controle estratégico e financeiro do jornal, expandiu os investimentos que originaram a rádio e a TV Tribuna. (VIANNA; TETE; NUNES, 2005, p. 82).

A história de A Tribuna é marcada por drásticas transformações advindas de uma gestão que buscava inovar ou de situações delicadas que intervinham negativamente no andamento do processo. Em 1987, uma greve na redação originou grandes mudanças na rede, dentre elas, a troca do formato standard para o tabloide. Além disso, a redação ganhou recursos tecnológicos que aposentaram as máquinas de escrever e a linguagem do jornal passou a conversar mais horizontalmente com o público. A aprovação popular não foi imediata mas conquistou o povo, aos poucos, com sua nova maneira de fazer jornalismo (TITO; SANTANA; TARCÍSIO, 2008, p. 41).

Com outras mudanças vivenciadas ao longo da década de 1990, aos poucos, o jornal A Tribuna foi se consolidando como “o jornal do povo”. Com uma

linguagem mais popular e uma preocupação acentuada com as pautas comunitárias, o jornal passou a atingir uma classe mais marginalizada através de suas reportagens. (VIANNA; TETE; NUNES, 2005)

Cabe, a este trabalho, analisar se estas mudanças e se essa aproximação com o povo, de algum modo, oportunizam uma linguagem estereotipada e escandalizada da sociedade, principalmente no que se refere a representação da violência urbana nas páginas do jornal.

Segundo dados fornecidos pela Associação Nacional de Jornais<sup>7</sup>, em 2015, *A Tribuna* ocupa o 18º lugar no ranking dos maiores jornais do Brasil de circulação paga. Os dados mostram uma média de circulação de 40.548 exemplares do impresso.

## A GAZETA

O desenvolvimento histórico de *A Gazeta* se mostra bem diferente do de *A Tribuna*. Fundada em 11 de setembro de 1928, é considerado o impresso ainda em atividade mais antigo do Estado do Espírito Santo.

Sua trajetória se inicia com um propósito bem diferente da dos outros jornais da época: a venda de lotes. Coordenado pelo empresário e proprietário da imobiliária Cambury, Ostílio Ximenez e o professor, advogado, político e jornalista, Luis Thiers Vellozo, *A Gazeta* foi criada para promover os lotes que a imobiliária objetivava vender. As vendas não foram satisfatórias, mas, após o fim do projeto dos lotes, os sócios decidiram manter o jornal como uma opção empreendedora de negócio (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005, p. 53).

Na mesma direção de outros jornais daquele período, *A Gazeta* também aliou ambições políticas às atividades editoriais e, no final da década de 40, foi comprado pelo grupo do então ex-governador e ex-senador do Espírito Santo Carlos Lindenberg. (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005, p. 51).

---

<sup>7</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>.

Depois deste marco, o jornal tornou-se porta-voz do Partido Social Democrático (PSD) (MALANQUINI et al., 2008, p. 179).

As primeiras transformações drásticas puderam ser percebidas já na década de 60. Com a nova sede inaugurada na capital, em 1969, A Gazeta atingiu porte empresarial e adquiriu equipamentos que lhe permitiam ter acesso a notícias nacionais e internacionais. (MALANQUINI et al., 2008, p. 180)

Já naquela época, A Gazeta tinha um modelo de jornal como inspiração. Todas as suas produções eram baseadas no estilo editorial sugerido pelo Jornal do Brasil. Por conta disso, ao fim do processo de transição, o periódico recebeu porte de jornal moderno para o que se via na época (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005, p. 60).

Dentre as mudanças percebidas na época, estão: a separação das matérias por editorias, a criação de colunas de opinião, a aplicação de um novo modelo de diagramação e paginação, a inserção de tirinhas, charges e editorial, dentre outros (MALANQUINI et al., 2008, p. 180).

Para conceder uma breve descrição sobre a produção de conteúdo do periódico, Bourguignon, Rezende e Arruda (2005, p. 61), destacam que os textos publicados seguiam uma linguagem clássica. Para elas, os conteúdos eram embasados em construções narrativas padrão. Além disso, as autoras apontam para um investimento tecnológico, já no fim da década de 80, com um avançado sistema de fotocomposição, que trouxe a automatização de processos feitos manualmente por seus principais concorrentes da época.

Quase ao mesmo tempo da concorrente principal, A Gazeta desenvolveu seu novo parque gráfico, construída especialmente para receber uma das mais modernas impressoras disponíveis no mercado mundial, com capacidade de produção 3,5 X maior que a antiga (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005, p. 63).

Além do jornal impresso, A Gazeta faz parte de um grupo de comunicação que obtém outros meios como canais de televisão, rádio e impresso. Mas, diferente do principal concorrente o impresso de A Gazeta divide espaço com outro

impresso da mesma rede: o *Notícia Agora*, lançado em 2000<sup>8</sup>, e ao contrário de *do primeiro*, tem o público popular.

Também segundo o levantamento da Associação Nacional de Jornais<sup>9</sup>, A Gazeta ocupa o 40º lugar dos maiores jornais do Brasil a nível de circulação paga. Os dados da época, contabilizaram uma média de circulação de 19.084 exemplares do impresso. Ou seja, uma tiragem bem menor que a do principal concorrente.

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/historia/>>.

<sup>9</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>.

## **1 .Produção jornalística, sociologia e sociedade.**

Delimitar o papel da imprensa passa pela construção dos conceitos que permeiam o tema e os processos que constituíram a profissão, desde a criação dos meios de comunicação de massa. Para Adelmo Genro filho (1987), o jornalismo deve ser avaliado como um procedimento estratégico metodológico importante para a promoção do conhecimento do que é vivenciado em sociedade, nas mais diversas áreas de toda e qualquer atividade humana e social.

Ainda sob a perspectiva do autor, é possível entender a cobertura jornalística como a explanadora dos diferentes recortes da realidade humana, que objetiva não somente o acesso a informação, mas a produção do pensamento crítico a partir do que se vive em sociedade.

Mas, antes de partirmos para a discussão da produção jornalística em si, te convidamos a refletir um pouco sobre os caminhos que desenham a história da profissão e da construção do profissional que a protagoniza na busca pela revelação da verdade e pelo conhecimento de mundo.

Para entender esse processo de construção, vamos percorrer e delimitar a etimologia da palavra “Burguês” e de sua derivação, “Burgo”. Este termo é utilizado para representar uma pequena povoação ou fortaleza. Na Idade Média, esta terminologia podia ser compreendida como um pequeno grupo dependente de um outro maior.

Nessa perspectiva, faz-se necessário entender a existência de uma demarcação espacial clara de quem pertence ou não ao seletivo grupo (burgo). A partir disso, entendeu-se como burguês, aquele que podia usufruir dos modos de vida, dos privilégios e dos processos estabelecidos pela sociedade da época.

Mas qual a relação da construção teórica desse termo com os objetivos delimitados aqui? A discussão etimológica e histórica apresentada, se entrelaça às buscas dessa pesquisa quando comparada ao lugar ocupado pelo jornalismo – e conseqüentemente pelo jornalista – na sociedade. Ele – o jornalista - é o ser

derivado do burguês, proclamador do burgo e desconhecido dos limites que ultrapassam as barreiras da “vila”.

Essa alusão foi desenhada pelo sociólogo e jornalista, Ciro Marcondes Filho (2009) em sua obra, “Ser Jornalista”. Já nas primeiras páginas do livro, o autor desmistifica a ideia de que o jornalista é o utensílio para a geração de uma sociedade esclarecida e que presa pela hegemonia do pensamento social. No fluxo contrário, Marcondes Filho trata a figura do jornalista como o objeto utilizado pela burguesia para deteriorar e conseqüentemente findar com a aristocracia. Hoje, de acordo com o autor, o jornalista é a ferramenta que a “nova burguesia” usufrui para manter sua hegemonia.

Marcondes Filho é conhecido pela construção teórica-crítica sobre os processos e desdobramentos do advento jornalístico. Para ele (2000, p.9) a história dessa profissão nasceu junto com a trajetória da modernidade. Após o nascimento do empreendedor burguês, figura delineada ao longo do século XVIII, sob a perspectiva econômica da sociedade da época, vem a construção política da “nova era” com a ascensão das democracias republicanas e as primeiras disputas pelas cadeiras dos parlamentos. Neste mesmo passo, mas agora pela ótica dos direitos sociais e humanos, surge a figura do jornalista.

Este último, que vem com o preceito básico de trazer a crítica e o esclarecimento, nasce em prol da razão e da transparência da verdade. Essa construção, que se mostra oposta ao parecer ortodoxo da Idade Média, traz a necessidade dos questionamentos aos que estão no poder – seja ele qual for – além da crítica ao fazer político. Ainda segundo Marcondes Filho (2000, p.9), o abalo vem ao perceber que o espírito inicial do jornalismo esbarra com os interesses, não tão claros, que a modernidade carrega.

Em um passo prévio, antes de delimitarmos a função exercida pelo jornalista na realidade atual de mercado, é necessário entender a construção da ideia da produção jornalística e o caminho que o trouxe até os moldes que apresentamos aqui.

No momento de sua constituição, a notícia – um pouco diferente da que conhecemos hoje – se encarregava de trazer a público, o que antes era

escondido ou considerado segredo e privilégio de poucos. A partir dessa corrente, o jornalista passou a ser conhecido como o profissional que primava por vasculhar, investigar, explorar e examinar os fatos, em nome da ética jornalística, traduzida na produção da notícia. (MARCONDES FILHO, 2000, p.11)

Ainda na construção dessa ótica histórica, Marcondes filho (2000, p.12) aponta para a existência, segundo ele, de quatro “jornalismos”. O primogênito, seguindo os passos da Revolução Francesa, delimita a necessidade de promover o esclarecimento político da população. Naquela época, os jornais eram constituídos por narrativas político-partidárias. Funcionavam basicamente como mecanismo de propagação política. Mas no mesmo período, o movimento da profissionalização da área, juntamente com a “emancipação” do grupo em relação aos políticos, promove o exercício da profissão através de uma política autônoma e não mais sobre a perspectiva de instrumentação de políticos.

Com a chegada das novas tecnologias, foi possível construir o que se chamou de segundo jornalismo. Ele consagrou a profissão como instrumento do capitalismo e perdeu o caráter único de militância e protesto. A partir daí, foi preciso buscar maneiras de financiar o que agora não se diferia em nada de uma empresa, que objetiva sobrevivência, relevância mercadológica e lucro.

É a partir desse ponto que o jornalismo passa a viver na linha tênue que separa o interesse público e social e a sobrevivência mercadológica que tem como missão, a obtenção de lucro por produção de conteúdo, seja ele noticioso ou promocional.

A grande mudança que se realiza nesse tipo de atividade noticiosa é a inversão da importância e da preocupação quanto ao caráter de sua mercadoria: seu valor de troca – a venda de espaços publicitários para assegurar a sustentação e a sobrevivência econômica – passa a ser prioritário em relação ao seu valor de uso, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais. A tendência – como se verá até o final do século 20 – é a de fazer do jornal progressivamente um amontoado de comunicações publicitárias permeado de notícias (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14).

Em concordância com os apontamentos feitos por Marcondes Filho, Nilson Lage (2001, p.30) traz à tona o fato de que até o período da Revolução Industrial, a produção noticiosa se restringia aos resumos de fatos marcantes daquele

período, no que se referia ao processo político, econômico ou social. Só mais tarde, quando conquistam a “massa”, a produção midiática passa a tornar-se artigo de valor para consumo.

Para o autor, a problemática inerente ao movimento é o fato de que para atender as necessidades e expectativas de um público que gera lucro, as notícias passam a ter uma roupagem predeterminada que segue preceitos e padrões impostos pela evolução técnica do marketing. Lage aponta que “a liberdade, hoje sabemos, é do capital. E a verdade impressa também lhe pertence”. (LAGE, 2001, P.29)

O movimento exercido pela profissão traz o panorama complexo de mudança de valores ao longo da história dos meios de comunicação de massa. Nos primórdios, com o objetivo principal de liderar a militância em favor do esclarecimento do povo, o jornalismo consagrava a ideia utópica de conferir à massa, o direito de pensar criticamente sobre os fatos que ocorriam na região – ainda que mais tarde tenham sido descobertos os verdadeiros objetivos da construção midiática ligada à política -. Mas com a conversão de valor conferida à produção noticiosa, o jornalismo precisou adquirir juízo empreendedor, aderindo métodos padronizados de produção. (LAGE, 2001)

No auge da tentativa de capturar o leitor e produzir lucro, foi necessário apontar “fórmulas de sucesso” que gerassem engajamento e conseqüentemente atingissem o objetivo do universo *business*.

Isso passou a ser aplicado não só nos formatos das matérias, mas também no recorte adotado para construir a narrativa padrão da notícia. Percebido em qualquer editoria, esse avanço do mundo social para o mercadológico trouxe para o campo teórico, a discussão dos critérios de noticiabilidade e a forma como a conduta jornalística oportunizou a criação de estratégias de venda que esbarram na utilização de formatos considerados “sensacionalistas”. Ou seja, a transição do caráter factual para a espetacularização da verdade. (FILHO, 2000)

Diante as transformações demarcadas na história dos meios de comunicação, inicia-se, no século XX, o chamado “Terceiro Jornalismo”. A grande diferenciação dessa etapa foi o crescimento exponencial das empresas

jornalísticas e o reconhecimento delas como grandes centros conglomerados de comunicação. Sobre este marco, Marcondes Filho (2000, p.15) aponta a relevância da indústria publicitária e das relações públicas, que no período da Grande Depressão americana (1929), surgiram como novas formas de comunicação importantes para a evolução do jornalismo. Inicialmente, elas oportunizaram uma competição entre si, com o tempo, passaram a promover uma descaracterização do jornalismo, que precisou se adaptar ainda mais ao viés corporativo empreendedor.

A última grande transição aparece no final do século XX, mais precisamente em meados dos anos de 1970. Conhecido como quarto jornalismo, a profissão se transforma a partir do início da era tecnológica digital. Para Marcondes Filho (2000, p.30), essa etapa é dividida em dois grandes processos de mudança. O primeiro se identifica com o aumento da criação de estratégias de convencimento do público, por parte dos jornais. Neste momento, os conteúdos de assessoria se tornam mais frequentes e conseqüentemente se confundem com a informação jornalística factual. Já o segundo processo, é identificado pela substituição parcial do jornalista por meios interativos de criação e propagação de informações. A partir da era digital, possibilita-se que fontes tecnológicas sejam capazes de capturar dados e produzir conteúdo.

O quarto jornalismo, que aparece como um grande descentralizador da produção, se mostra como uma importante ameaça para a imagem do jornalista. Na era digital, com a rápida distribuição de conteúdos informais, questiona-se a figura do profissional e até mesmo a sua função social pré-estabelecida.

Esta preocupação pode ser percebida principalmente na produção de conteúdo sobre violência, em especial, nas áreas de vulnerabilidade social. Com a premissa de que uma informação postada na rede social de um morador da comunidade pode atingir milhares, em pouco tempo, ultrapassa-se a barreira do espaço tempo e descaracteriza-se a ideia de construção do conteúdo programado para persuadir o público.

Deve-se ressaltar que apesar desse movimento, não há possibilidades de comparação no que diz respeito à qualidade da produção de conteúdo em si. O

que se percebe é uma agilidade de propagação diferenciada e conseqüentemente descentralizada, já que a informação não parte necessariamente de uma rede de comunicação sustentada por um grupo político ou empresa privada.

Distintas ou não, é preciso entender que as duas maneiras de disseminação da informação são atuais e rotineiras. Cabe ao público, que hoje tem acesso a outros meios de propagação de notícias, decida por si, qual delas lhe atrai e possibilita um maior esclarecimento dos fatos. Ou seja, a era digital, assim como as transformações anteriores, não significa a queda completa do jornalismo, mas sim a necessidade intrínseca de adaptação e melhoramento de ideias.

Para promover a caracterização dos jornais de hoje, é preciso analisar historicamente os seus processos de melhorias, bem como avaliar sua construção enquanto meio de difusão de informação e importância social. Essa “linha do tempo” passará pela compreensão da função técnica, científica e social do jornalismo, além do entendimento das características que permeiam a profissão e os gestores ou empresas que coordenam e comandam os empreendimentos comunicacionais.

Nessa construção teórica, os jornalistas Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004, p.18) apontam para o que pode ser considerado o cerne da discussão das funções que norteiam a profissão. Para eles, as notícias são responsáveis pela criação das ligações básicas da sociedade. É a partir delas que o cidadão define amigos e inimigos, partidos aliados ou oposições e até mesmo gostos e desejos. Com as notícias, o indivíduo se torna capaz de definir seus passos e seus modos de vida. Diante disso, o jornalismo se mostra como o criador responsável por um conteúdo que pode transformar direta e indiretamente a qualidade de vida, os pensamentos, os medos e anseios e conseqüentemente a própria cultura de um povo.

Na perspectiva apontada por eles, é necessário entender o processo que leva um acontecimento ser considerado tão relevante a ponto de se tornar notícia. Toda essa construção demanda tempo, conhecimento e consciência, principalmente por parte do jornalista, de saber promover um equilíbrio entre os

critérios de noticiabilidade, a linha editorial referida e a relevância social do fato que se objetiva ser noticiado.

Sob essa investigação, Kovach e Rosenstiel (2004, p.226) apontam que o jornalismo não é nada mais do que contar uma história com um objetivo claro para quem terá acesso a ela. Para os autores, as pessoas buscam informações com o objetivo de ressignificarem o seu próprio mundo. Ou seja, a finalidade do jornalismo, e conseqüentemente do jornalista, é buscar e filtrar os fatos importantes para a construção crítica do pensamento social e posteriormente trazer e aplicar a roupagem estratégica que gerará envolvimento e engajamento por parte do público.

Mas, além de voltar o olhar para o processo de construção e evolução do jornalismo, é importante entender a figura que protagoniza essa relação: o jornalista. Principalmente para o objetivo pretendido neste trabalho, onde busca-se uma análise sobre a representação da violência nos dois maiores jornais impressos da Grande Vitória, é imprescindível saber quem é esse jornalista que fala por todos, sob uma perspectiva nem sempre vivenciada por ele, como relatado anteriormente na comparação dos termos burgo e burguês.

Sobre o exercício profissional, Kovach e Rosenstiel (2004, p.175), apontam que a história demonstra que nos primórdios do jornalismo, foi estabelecido como função principal e vital do ofício, e conseqüentemente como sua responsabilidade, examinar e promover uma análise sobre os cantos ocultos da sociedade. Como havia pouco esclarecimento por parte da sociedade, o público geralmente se entusiasmava com a produção jornalística. Sendo assim, ao avaliar a relevância histórica da profissão, é preciso esmiuçar também o seu papel na sociedade, agora não mais enquanto produto, mas sim enquanto produtor. Que figura é essa que “detém” o direito de promover o recorte na informação que chegará ao conhecimento da população? Como afirmado pelos autores, olhar para o jornalista, é entender e analisar uma das etapas primordiais para a produção de conteúdo, seja ele qual for.

## **Jornalistas: Papel social e humano**

Segundo Kovach e Rosenstiel (2004, p.60), durante os trezentos anos de profissão, os profissionais do jornalismo delimitaram um código não registado de ética, princípios e valores que direcionam a disseminação das informações e das produções noticiosas: “o conhecimento indireto pelo qual as pessoas podem formar suas opiniões sobre o mundo” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004 p.60).

Neste mesmo passo, Nelson Traquina (2005, p.116) direciona o pensamento para um modelo específico do fazer jornalístico e conseqüentemente das operações técnicas inerentes ao profissional: o “jornalês”. Para ele, frequentemente, os conhecimentos dos jornalistas são reconhecidos como recursos técnicos. Ou seja, para o autor, há uma métrica pré-estabelecida para a construção e elaboração do produto para que o fazer jornalístico se torne possível.

Como ocupação profissional que também visa o lucro, é preciso criar uma estrutura que permita a produção de conteúdo em massa. Entretanto, essa realidade de padronização acaba conflitando diretamente com o objetivo base se ser profundo na apuração e desenvolvimento das matérias. Há uma linha tênue entre a necessidade de otimização da produção técnica e o dever básico de construir conteúdo imparcial que apague para o público final qualquer tipo de mediação presente em uma construção narrativa, seja ela por parte do interesse do jornal ou do próprio jornalista. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004)

Neste modelo profissional, Cremilda Medina (1982, p.155) aponta para o trabalho jornalístico como um grande processo de tradução de linguagens técnicas e específicas de determinadas áreas para o entendimento popular de uma sociedade que não necessariamente possui conhecimento sobre estes assuntos. Medina utilizou o termo economês para exemplificar o nível de conhecimento específico que um jornalista de área precisa ter para ser suficiente na transformação dessa linguagem nem sempre acessível ao grande público.

Com o fim do século XX, veio também o início da descaracterização das primeiras redações jornalísticas. Desde a sua criação como modelo de negócio, era comum ter redações cheias de jornalistas especialistas em determinadas

áreas, capazes de construir conteúdos aprofundados técnica e cientificamente. As grades dos cursos de graduação na área eram repletas de disciplinas que direcionavam o profissional para um campo de profundidade temática, como “Jornalismo Econômico”, “Jornalismo Esportivo”, “Jornalismo Político” e etc...

Com o passar do tempo, as mudanças econômicas e políticas do mundo oportunizaram uma transformação gradativa no jeito de se fazer jornalismo e conseqüentemente na formação científica desse profissional. Diferente dos primeiros modelos de negócios, as redações de hoje buscam competências e habilidades de um profissional multitarefa, que seja capaz de atuar em várias frentes dentro da organização. Com isso, algumas matérias específicas das grades da graduação, foram substituídas por: “Produção multimídia”, “Produção Online” e “Empreendedorismo”. (TRAQUINA, 2005)

Há uma ruptura entre o objetivo constituído pelo jornalista que durou até o fim do século XX e o que vivencia a realidade pós anos 2000. Pode-se afirmar que a nível de quantidade, a produção jornalística hoje é muito mais ágil, certa e imediatista. Entretanto, essa realidade multitarefa gera uma produção menos aprofundada tecnicamente e conseqüentemente menos engajada na hora de promover o esclarecimento para a sociedade. (TRAQUINA, 2005)

Em termos de transformação profissional, Medina (1982, p.23) aponta que há duas maneiras de entender o papel do profissional de jornalismo: Ou busca-se um ator social capaz de discorrer sobre os temas de maneira científica, com autoridade sobre a área abordada, ou assume-se o papel de humildade e profissionalismo de alguém que buscará o maior número de versões intermediando a produção e objetivando gerar um conteúdo relevante com informações do fato jamais alcançadas pelo cidadão comum.

Assim, à imperfeição se justapõe uma virtude do jornalista, enquanto ser investido de um papel social: sua função é estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e faixas até mesmo etárias (MEDINA, 1982, p. 22, grifo da autora)

Sobre a característica de detentor da informação e revelador da realidade, Kovach e Rosenstiel (2004, p.61) direcionam a construção teórica para o entendimento das “verdades” trazidas pelos jornalistas. Para os autores, o

público só lê a matéria pois acredita na versão que o jornalista aponta como realidade. Caso contrário, o processo de troca entre jornal e leitor, não existiria. Por isso, segundo eles, é mais produtivo e realista, analisar as verdades do jornalismo como um processo. “Esta precisa ser compreendida como a caminhada contínua na direção do entendimento que começa com a primeira matéria e vai de construindo a partir das que a seguem” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.70).

Analisar a construção da verdade no jornalismo mais como processo do que como acontecimento imediato, é entender a complexa relação entre as obrigatoriedades morais do jornalista e a difícil tarefa de narrar fatos sociais individuais que detém características únicas e primam por uma “contação de história” não tendenciosa sobre o ocorrido.

A respeito da representação da violência nos jornais é preciso avaliar quais as verdades serão encontradas e de que maneira elas serão expostas para o leitor. Como intermediar a fala do morador da comunidade que acompanha diariamente os processos de violência urbana e a do policial que se responsabiliza pela corporação que se diz detentora do poder de sanar essa mesma violência? É preciso discernimento, no que se refere à produção jornalística em si, para que a verdade proposta nas linhas na matéria seja a mais representativa sobre o sujeito do qual se fala.

Ainda para Kovach e Rosenstiel (2004, p.83) há outro aspecto fundamental ao fazer jornalístico: a credibilidade. Para os autores, existe a premissa de que o jornalista não deve medir esforços para desvendar a verdade com exatidão, para que o leitor tenha acesso ao relato mais puro do ocorrido. Isso independe do interesse econômico e político da rede de comunicação. É a partir desse comportamento que o cidadão começa o seu processo de convencimento e é atraído pela empresa jornalística. Por fim, é essa credibilidade que confere o título de seriedade e compromisso social da empresa para com seus colaboradores – jornalistas – e seu público-alvo.

Em resumo, Kovach e Rosenstiel acreditam que não há possibilidade de comparação entre colaboradores de uma rede jornalística e qualquer outra

empresa. Enquanto esta objetiva o lucro e a divulgação de uma missão elaborada para agregar valor ao produto independente de qualquer valor social, aquela deve viver primeiramente para servir ao público-alvo, ainda que isso interfira diretamente nos interesses políticos e econômicos da gestão da rede. Mesmo assim, eles ressaltam a importância de afirmar que apesar do compromisso social, também recai sobre o jornalista, a necessidade de gerar o potencial de lucro para os patrões. (KOVACH; ROSENSIEL, p.83).

Como demarcado anteriormente, na contramão de outras formas de trabalho, o jornalismo nasceu primeiramente da vontade de trazer esclarecimento e conhecimento social para o cidadão. Só mais tarde, com a evolução das relações de trabalho e com a visualização dos potenciais de lucro é que enxergou-se a necessidade de equilibrar o compromisso pela verdade com desejo de otimizar os ganhos. A base da discussão permeia o fato de que, ao inverter a ordem dos objetivos da produção de conteúdo, fazendo com que o pontapé do fazer jornalístico seja a vantagem financeira, altera-se o produto final. Ao adotar essa lógica, a rede multiplica suas fórmulas de padronização e conseqüente convencimento apelativo, como no exemplo do sensacionalismo, e passa a descrever de maneira pouco crítica ao invés de problematizar o fato que gera a notícia.

Na verdade, em lugar de vender conteúdo aos clientes os praticantes do jornalismo constroem uma relação com seu público baseada nos seus próprios valores, capacidade de análise e julgamento, autoridade, coragem, profissionalismo e compromisso com a comunidade. Ao fornecer tudo isso o jornalista cria uma ligação com o público que as organizações jornalísticas então alugam anunciantes. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 98)

Contrariando os modelos operacionais e as relações de outras empresas com o seu público de interesse, ao promover a venda dos jornais, objetiva-se primeiro a relação entre o leitor e o conteúdo e só em um segundo momento, dele com o anunciante. Por isso, conforme delineado por Kovach e Rosenstiel, o papel de mediador entre o conteúdo jornalístico, assim como a inerência de credibilidade, cabem ao profissional. É de suma importância que ele avalie o potencial informativo do fato, demarque o interesse público anexo à informação e ainda entenda as conseqüências do jogo de poder inerente às fontes. Para os autores,

a profissão por si só, tem chances de permear aspectos escandalosos. Por isso, torna-se desgastante o equilíbrio entre a ética jornalística e o interesse da corporação para qual ele trabalha (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, P.273).

Sendo assim, é imprescindível avaliar a cobertura da mídia sobre a violência, principalmente no que se referem a casos icônicos como o período da “greve da PM” no espírito santo, em fevereiro de 2017. Ao contar os acontecimentos, de que maneira são apresentadas as fontes oficiais? E qual o espaço destinado ao cidadão comum no processo de construção dessa notícia? Esses mapeamentos se tornam fundamentais para entender como a imprensa capixaba se comporta ao noticiar a violência e de que modo esse jeito de representa-la é fiel à realidade e não necessariamente um recorte tendencioso que tira do cidadão o direito de definir suas próprias conclusões.

Nesse sentido, ainda que seja estabelecida uma linha editorial pré-definida que demarque angulações, enquadramentos fotográficos, preferencias de fontes por parte da empresa, linguagem e processo de apuração, ao fim do processo é a visão do jornalista que estampará a condução da matéria.

A partir disso, interessa a esse trabalho, visualizar quais são os “traços padrões” perceptíveis na cobertura de violência. Sobre esse processo, Nilson Lage adota o exemplo de uma cobertura religiosa para apontar a subjetividade na produção de conteúdo jornalístico.

A interferência da subjetividade nas escolhas e nas ordenações será tanto maior quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser. Assim, pode-se narrar uma procissão do ângulo da contrição dos fiéis, ou com destaque aos problemas de trânsito que causa, ou ainda à contradição entre suas propostas e a realidade contemporânea. No primeiro caso, estaremos, possivelmente, redigindo um texto de fundo religioso; no segundo, de intenções agnóstico mecanicistas; no terceiro, de intenções críticas e materialistas. (LAGE, 2001, p. 20, grifo do autor)

Como a escolha deste trabalho objetiva analisar a cobertura do período da greve da PM, em dois jornais concorrentes, é necessário avaliar se há mais de um ponto de vista ao narrar o mesmo fato. Ou se por serem destinados à públicos distintos eles apresentam similaridades ou divergências no processo de “contação de histórias”. Além disso, objetiva-se avaliar se há diferença na visão

de mundo apresentada por jornalistas diferentes na hora de transformar o fato em notícia.

Para avaliar as questões indagadas anteriormente, é preciso analisar o processo de evolução histórica que originou o lugar de onde o jornalista ascendeu, principalmente no que diz respeito à sua representatividade pela burguesia e hoje pela classe média. Nessa visão, o jornalista terá mais competência técnica e vivência para narrar acontecimentos dessas classes sociais do que os conflitos existentes em outras esferas da sociedade (como ambientes de vulnerabilidade social ou áreas muito afetadas pela violência). No caso da violência, torna-se necessário questionar se a visão transmitida através da construção narrativa apresentada nas linhas da matéria são reflexos da in experiência social desses casos por parte do jornalista ou realmente podem ser considerados recortes fieis da realidade?

De acordo com o professor do Instituto de Comunicações da Universidade Johanne Gutenber, Michael Kunczik (1997, p.191), é fundamental delimitar a formatação de um conteúdo semelhante por jornalistas diferentes. O autor destaca que é impossível pensar neles como uma classe intelectual socialmente desprendida.

Ao mesmo passo que Kunczik, o também professor, Nelson Traquina (2013, p.26) propõe uma construção teórica sobre a tribo jornalística. Para ele, a grande problemática em se construir um conteúdo generalizado por parte desses profissionais, é gerar o que ele denomina “jornalismo em pacote”. Nessa visão, fatos diversos estão recebendo a cobertura de jornalistas diferentes, sempre com a mesma visão engessada sobre a realidade. Ou seja, há um empobrecimento da narrativa a partir de uma visão pouco distanciada da realidade vivida pelo jornalista em si.

Tal padrão pode oportunizar uma relação pouco verídica entre a figura do jornalista e o grupo social do qual ele narra o fato. Uma série de fatores como essa falta de desprendimento de sua zona de conforto, a falta de tempo e a linha editorial pré-estabelecida pelo meio de comunicação contribui para a delimitação

de rótulos para grupos sociais e acontecimentos fatídicos que fogem ao cotidiano do jornalista.

### **Rótulos e estereótipo: A construção narrativa pela caricatura**

Traçar uma aproximação com as rotinas do fazer jornalístico é dar voz aos conceitos de padronização que interferem diretamente na construção das imagens de determinados grupos sociais representados nos noticiários. Mais do que a concentração de jornalistas em uma mesma classe social pré-estabelecida (burguesia e classe média) há uma construção cultural, que dá a esses profissionais, a “liberdade” de lançar representações sociais que oferecem ao público as figuras de Vilões e Heróis (TRAQUINA, 2013, p.48).

Para trabalhar esse panorama de caracterização social, o jornalista e escritor Walter Lippmann, dedica-se a construir um diálogo sobre a relação criada com o encontro desses dois sujeitos.

O que frequentemente se imagina ser o relato de um evento é, na realidade, a sua transfiguração. Poucos fatos na consciência parecem ser meramente dados. A maior parte dos fatos na consciência parece ser em parte feita. Um relato é o produto conjunto do conhecedor e o do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e usualmente criativo. Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos (LIPPMANN, 2008, p. 84).

É comum, ao se esbarrar com determinado fato ou sujeito, que o indivíduo já tenha uma visão pré-estabelecida e um posicionamento crítico que interfere diretamente na sua interpretação da realidade. Por esse motivo, a construção jornalística passa a ser embasada em uma narrativa estereotipada que “privilegia” os rótulos e confere pouco valor às nuances de cada realidade (LIPPMAN, 2008, p.85). “Os estereótipos estão, portanto, altamente carregados com os sentimentos que estão presos a eles. São as fortalezas de nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos” (LIPPMANN, 2008, p. 97).

Ao passo que a figura do jornalismo não se desmembra dessa formatação social, a notícia segue o mesmo caminho. Elas se mostram como enquadramentos de

imagens previamente conhecidas que demarcam e definem o terreno do outro e o outro em si. Ao construir a imagem de determinado personagem, o jornalista acaba por enquadrá-lo em um estereótipo delineado anteriormente, sem necessariamente entender – ou tentar entender – as particularidades do fato que precisa ser narrado.

No objeto adotado por este trabalho, por exemplo, é possível perceber a rotulação feita ao público que inicialmente mais foi atingido pela greve. Segundo os dados apresentados naquele período, produzidos pelos jornais locais, a grande maioria dos mortos nos conflitos eram “bandidos”. O termo, carregado de significados, distancia uma parcela da população que também sofreu ativamente com a greve, mas passou despercebida pelas narrativas construídas nos jornais.

Corporativamente falando, ou seja, com um olhar para o meio empresarial no qual o jornalismo está inserido, a busca incessante das fórmulas pré-estabelecidas, constitui-se como garantia de sucesso. A aceitação é quase óbvia por oportunizar uma produção acelerada de conteúdo que coloca em cheque a identidade individualizada. É mais fácil, e mais lucrativo, falar sobre algo do qual já existe consenso ideológico (LAGE, 2001, p.101).

Mas, ainda segundo Lage (2001, p.101), existem os acontecimentos que se desprendem de qualquer rotulação, exigindo um local de fala diferente, por desafiarem a ordem estabelecida para a evolução de mundo. A greve, aqui estudada, se mostra como um desses momentos críticos. De um lado, mais casos de violência que não fogem a realidade já vivenciada pelo Estado. Do outro, a instalação de um estado de calamidade pública que altera a rotina de várias esferas da população e incide diretamente sobre os índices de violência locais.

Neste processo de roteirização, Marcondes Filho (2000, p.109) aponta para o cuidado que o jornalista precisa ter para que não se torne um agente conservador da cultura. Já que ele é o responsável pela construção narrativa do fato e acaba por fazer isso em meio aos seus privilégios da manutenção de ideias, ele pode – e muitas vezes vai – construir conteúdos que carregam sua

visão deturpada e talvez até preconceituosa de uma sociedade que ele narra, porém não vivencia na prática.

Além da conferência dos rótulos pela falta de vivência junto a uma determinada classe que se busca narrar, a utilização dos clichês se torna cômoda pela necessidade de construir conteúdos cada vez mais breves e imediatos. “Mas, acima de tudo, o clichê constrói antecipadamente a notícia: jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los)” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 109).

A partir desse processo, ao analisar as variáveis sociais que compõe as narrativas jornalísticas, Marcondes Filho traz o panorama de fragmentação que as notícias podem construir.

Assim funciona igualmente o mito das “cidadelas”, o fato de se dividir grosseiramente o mundo em duas partes: os de dentro e os outros. A cidadela é o espaço civilizado (“nosso país”, os “países desenvolvidos”, o conjunto de nações onde reina “a civilização e o progresso”) em contraposição à barbárie, que tanto podem ser as “nações perdidas” do continente africano, como interiores onde impera o faroeste ou mesmo os bairros urbanos de nossa cidade, que as máfias transformaram em terra arrasada. Nós, cidadãos civilizados, pacíficos telespectadores, ao contrário, estamos resguardados em nossas cidadelas, onde o mundo continua a ser mundo. O melhor dos mundos, naturalmente. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 109-110)

O texto de Marcondes Filho trata sobre as relações firmadas entre o jornalismo e o indivíduo ou sociedade para qual ele escreve. A partir dessa divisão, questiona-se de que maneira ela é percebida nas narrativas sobre violência, principalmente em casos icônicos como na greve da PM. Através dessa análise, buscou-se descobrir, neste trabalho, se existe um distanciamento entre o repórter que narra a realidade e a realidade em si.

Com um jornalismo que prega buscar a verdade acima de todas as coisas, pode-se perceber uma visão deturpada a partir da narração de casos de violência? É importante salientar que existe um movimento que objetiva findar o distanciamento entre os meios de comunicação e as comunidades que se

constituem por leitores. Um exemplo disso são as colunas que buscam respostas das autoridades para problemas relatados por moradores (“Qual é a Bronca”, jornal A Tribuna). Mas o questionamento que ainda permeia a discussão é: essas medidas são suficientes para acabar com os rótulos percebidos nas matérias de violência, principalmente nas que se referem a locais com alto índice de vulnerabilidade social?

Para entender um pouco mais sobre o processo de construção desse conteúdo, é necessário caminhar pelo entendimento da metodologia de análise do Discurso, no que tange a produção jornalística, com o objetivo de salientar a impossibilidade de criar formatações discursivas neutras.

Uma das referências nacionais nas pesquisas sobre a Análise de Discurso, Eni Orlandi (2009, p.46), aponta que a constituição de indivíduos e sentidos é condicionada pela ideologia. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. Para ela, o sentido é demarcado entre o indivíduo e a história que o origina.

Ou seja, na perspectiva de construção narrativa, torna-se impossível construir um conteúdo que seja completamente desvinculado de qualquer viés ideológico (BRANDÃO, 2004, p.59). Neste passo, ainda que o jornalista objetive um discurso distanciado de sua construção histórica, em algum momento, sua ideologia será evidenciada pela fala.

Ou seja, a discussão teórica até aqui não objetivou criar espaço para a existência de um fazer jornalístico limpo de qualquer ideia ou passado, mas sim, de uma construção narrativa que faça jus ao outro sobre quem se fala. O rótulo que origina o clichê oportuniza uma produção jornalística pobre, dotada de conceitos inverídicos sobre uma sociedade marginalizada que quer ter sua história contada sem tantas virgulas que desconstroem toda e qualquer identidade. Até aqui, entendeu-se que a violência precisa, sim, ser noticiada, mas com uma roupagem menos tendenciosa que rotula padrões não necessariamente fieis à realidade.

## **O enquadramento de Goffman e o recorte da violência para o jornalismo e as relações sociais**

Ainda sobre as proposições que permeiam o fazer jornalístico na atualidade, alguns autores (Tuchman, 1978, 1993; Correia, 2000; Ponte, 2005), apropriando-se dos conceitos de Erving Goffman sobre os processos de produção da notícia, entendem que ela precisa ser concebida a partir de narrativas que a legitimem perante quem a recebe. Para isso, o conceito de enquadramento parte do princípio de interpretação pela experiência vivenciada durante determinada situação. Portanto, para Goffman, a forma como uma narrativa será interpretada e entendida, está diretamente relacionada com o lugar e estado de quem a assiste.

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de enquadramento. Minha expressão análise do enquadramento é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006, p. 11)

Para o autor, as definições de enquadramento dizem respeito à forma como o indivíduo se relaciona subjetivamente com toda e qualquer situação social, rotineira ou não. Segundo Goffman, é indispensável entender que não se trata de delimitação da organização da estrutura social, mas da forma como ela é percebida. Para isso, o processo de interpretação dos fatos tem início no lugar de fala do espectador.

Nessa lógica, Goffman (2006) define o início do processo como aquele advindo das realidades sociais de cada indivíduo. Ou seja, a partir das conexões, histórias e particularidades de quem assiste, serão delimitados os quadros primários para a interpretação do fato. Nessa hora, o recorte prioriza um olhar subjetivo que carrega bem mais do que a simples ocorrência da ação.

Quando um indivíduo em nossa sociedade ocidental reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos de primário. Digo primário porque a principal aplicação desse quadro de referência ou perspectiva, por aqueles que o aplicam, são considerados como não dependentes – ou não remetem – a nenhuma interpretação anterior ou “original”; um quadro de referência primário é aquele que se considera que converte em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena. (GOFFMAN, 2006, p. 23)

Diante os pensamentos de Goffman, é possível refletir sobre o modo como as notícias são interpretadas por quem as lê, bem como sobre a forma como essa recepção afeta, ao influenciar, a própria produção da notícia. Por esse viés, ao analisarmos a forma como as matérias são escritas, é viável levantarmos hipóteses de como uma mesma matéria pode ocupar lugares de fala distintos pelos leitores, se eles, por motivos sociais ou culturais, estiverem expostos a realidades distanciadas.

Para o autor, é importante perceber ainda que a criação dos quadros primários pode ser embasada não somente nas experiências sociais, mas na construção de lógicas próprias e individuais que dispensam explicações necessariamente racionais.

Faz-se necessário absorver os detalhes dessa teoria, pois ela se mostra imprescindível para a análise de que a construção técnica de uma notícia, ultrapassa os limites da objetividade pois está exposta a avaliações de diferentes “quadros primários”.

Além disso, é preciso analisar os quadros sob diferentes perspectivas. De um lado, o enquadramento adotado pela mídia (ou quem a escreve). Do outro, o enquadramento conferido por parte de quem a recebe.

Por isso, alguns autores se dedicaram a avaliar as perspectivas dos enquadramentos sob a cautela de que é preciso analisar a interpretação para além dos quadros primários. Gastaldo (2004) replica as contribuições de Goffman e ressalta a importância de tomar vista às possibilidades de “fabricação de enquadramento”.

“Goffman atenta, entretanto, para inúmeras possibilidades de “fabricação de enquadramentos”, como no que ele denomina de “brincadeiras benignas” em que pessoas comuns fazem as vezes de vigaristas com intenção jocosa e de “vigarices”, em que vigaristas fazem as vezes de pessoas comuns com intenção de obter uma vantagem indevida. Em ambos os casos, há uma manipulação deliberada da definição da situação, que complexifica a noção de quadro, representada como uma composição de múltiplas camadas sobrepostas, indefinidamente, configurando, em seu somatório, uma dimensão estrutural da vida cotidiana”. (GASTALDO, 2004, p. 113)

Nessa perspectiva, Gastaldo (2004) nos alerta para uma questão importante, principalmente para os objetivos dessa pesquisa. Se é possível fabricar enquadramentos, como garantir a objetividade nas interpretações conferidas às matérias de jornal? É fato que o leitor interpretará o texto de acordo com os seus próprios quadros primários. Mas, se o enquadramento dado à matéria, pelo jornalista, partir do objetivo de leva-lo a uma interpretação guiada, é preciso partir do princípio que a noção de entendimento e absorção das informações é construída para além dos quadros primários.

Isso ficou evidente em diversos aspectos da cobertura jornalística da greve da PM, em 2017. Desde o enquadramento conferido às matérias, até as palavras de ordem – caos; desespero; tragédia; medo e etc... – Utilizadas massivamente em todas as reportagens da época, levaram a população ao dimensionamento da realidade pretendido por quem a narrou.

Sobre o possível dimensionamento da realidade produzido pelas notícias, Souza (2002) afirma que é importante trazer a discussão jornalística para o debate sociológico, já que as duas coisas estão diretamente relacionadas. Para o autor, não se pode afirmar que a produção jornalística é o “espelho” da realidade, já que, na verdade ela se comporta como um recorte produzido pelas políticas de interesse do veículo, do jornalista e da própria situação em si. Para esse conjunto de representações, complementa o autor, o jornalista utiliza uma série de “artefatos linguísticos” afim de produzir um efeito sobre aquela interpretação. Neste aspecto, Goffman (2012) e Souza (2002) conversam sob perspectivas distintas sobre o mesmo fato. Segundo eles, os enquadramentos ou recortes são responsáveis pela construção dos signos e significados daquilo que se vê exposto na mídia.

Ainda sobre as relações que permeiam a construção das notícias e suas respectivas interpretações por parte de quem as lê, é importante entender como funciona o mecanismo que constrói a ordem lógica da apresentação dos fatos que viram notícia e conseqüentemente tornam-se assuntos debatidos pela sociedade de modo geral.

Traquina (2001, p.16) aponta que, em meados dos anos 70, foram iniciadas algumas investigações empíricas acerca dos efeitos das campanhas políticas sob os eleitores, durante os processos de campanha. Os resultados apontados nos levantamentos iniciais já enxergavam a capacidade alastrada da mídia de se aproximar da rotina dos eleitores. Antes, a mídia era tida como mera informante do fato, completamente distanciada de qualquer emissão de opiniões ou persuasão de ideias, interpretações e comportamentos de qualquer assunto. (TRAQUINA, 2001, p.16)

A partir dos primeiros resultados, começou-se a discutir aquilo que mais tarde se tornaria o fenômeno que conhecemos como Agenda-Setting. Advinda da união dos significados de “pauta” e “determinação”, a teoria discorre sobre a relação “ação X consequência” do fazer jornalístico dos meios de comunicação. (WOLF, 2002)

De acordo com autores como Wolf (2002) e Traquina (2001), a teoria do agenda-setting oportuniza o entendimento de que o público reage a medida em que a mídia provoca uma ação. Ele (o público) conhece ou desconhece, dá importância ou ignora a medida em que a mídia coloca em pauta e trabalha qualquer tipo de conteúdo. “As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo” (SHAW apud WOLF, 2002, p. 144). Dessa maneira, acredita-se que as “rodas de conversa” e os papos discutidos socialmente, estão diretamente relacionados com aquilo que a mídia quer que seja exposto, provocando assim, uma reação por parte da população. (WOLF, 2002)

Trazendo luz ao nosso objeto de pesquisa, é possível refletir sobre o esvaziamento das ruas das cidades durante o período de greve, inclusive em

bairros menos atingidos pela violência. Relatos de moradores entrevistados para as reportagens dos jornais analisados demonstravam o medo a partir do que a imprensa retratava no período. Frases como “o que a gente tem visto nos jornais parece filme de terror” eram comuns entre os cidadãos durante o período de recorte.

Apesar disso, é importante trazer para essa discussão que a teoria não aponta para uma intenção midiática em persuadir o leitor, ouvinte ou espectador. Wolf (2002) afirma que o meio de comunicação, ao discorrer sobre determinado assunto, busca, na verdade, dizer para ele sobre o que, de fato, é relevante discutir e entender em cada momento. No caso de nosso objeto de pesquisa, por exemplo, pode-se afirmar que a mídia, ao enfatizar os casos de violência urbana de maneira veemente, buscou alertar o público para uma realidade diferente da rotina cotidiana do capixaba. Para ele, o jornal busca mostrar uma “lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir” (WOLF, 2002, p. 145). Neste aspecto, o autor levanta a hipótese de que o meio de comunicação fornece, para seu “cliente”, um entendimento básico da realidade social, ao mesmo passo que projeta uma possível discussão sobre determinado assunto. Para Wolf (2002), a persuasão pode até acontecer, mas ela deve ser prevista como uma reação marginal, pois, mais relevante que isso, deve ser a capacidade intrínseca de provocar, pautar e ditar aquilo que será debatido em sociedade. Sobre essa discussão, Traquina (2001) traz luz ao conceito de agenda-setting apontado por Cohen e reavaliado por ele.

Ele diz que a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos leitores sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem (COHEN apud TRAQUINA, 2001, p.18, com grifos do autor).

Nessa construção teórica, parece oportuno apontar a relevância desse poder de pauta conferido aos meios de comunicação. Fica claro, com o entendimento do Agenda-Setting que há uma significativa relação entre aquilo que aparece na mídia e o que é tido como verdade.

As perspectivas apontadas pela teoria do agenda-setting, abordam ainda as relações que constroem a notícia em si. Para autores como Traquina (2001) os critérios de noticiabilidade estão descritos na relação emissor-receptor. Por isso, aponta Traquina (2001, p.22), “a constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como recurso de discussão”. Neste aspecto, complementa, Barros Filho (2001, p.195) que “há temas que proporcionam discussão social mais intensa e outros, menos”. Por isso, é relevante dizer que as discussões serão mais efervescentes não somente pela conotação conferida pelo jornalista ou jornal, mas pela intensidade do fato em si. Não é uma ciência exata. Estamos falando de uma relação de causa e efeito que carrega uma série de signos e significados que determinam a velocidade da propagação do fato e o efeito social causado por ele.

Neste aspecto, a teoria que explana o agenda-setting se relaciona com a produção da notícia em si. Vimos até aqui, que os processos que constituem a disseminação dos fatos, passam por diversos aspectos que vão desde a eventualidade dos acontecimentos, até os possíveis impactos causados por ele. Por isso, faz-se necessário refletir sobre a notícia como um produto que gera algo para o seu consumido. Para James (1896 apud Park, 1979), o “conhecimento de” é advindo da construção de nossa cultura. O que chamamos, popularmente, de senso comum. Ainda para o autor, é forma com que o homem cria conexões com o seu processo de relacionamento com o mundo.

“Tal conhecimento, com efeito, pode ser concebido como forma de ajustamento orgânico ou adaptação, que representa a acumulação e, por assim dizer, a fusão de uma longa série de experiências. É essa espécie de conhecimento pessoal e individual que faz cada um de nós sentir-se à vontade no mundo que escolheu viver” (PARK, 1979,p.169,)

Em contrapartida, o “conhecimento acerca de” é aquele construído por bases distanciadas do senso comum. Ele se apresenta como um conhecimento mais amadurecido que colabora para um panorama mais racional dos fatos. Para Park (1979, p.171) ele "baseia-se na observação e no fato, mas no fato verificado, rotulado, sistematizado e, finalmente, ordenado nesta ou naquela perspectiva, segundo o propósito do pesquisador".

Para essa reflexão, o autor traz para a discussão as três formas mais corriqueiras do chamado “conhecimento acerca de”. São elas: a Filosofia e a Lógica, baseadas na construção a partir das ideias; A História, construída pelos fatos e acontecimentos; E as Ciências Naturais ou de classificação, elaboradas a partir das “coisas”.

Essa conceituação embasa o início de uma discussão interessante acerca da produção desses conhecimentos a partir da linguagem. Para o Autor (1979), os dois tipos de conhecimento não são a reprodução do real, mas maneiras de criar um conteúdo e produzir interpretação. Sobre a produção linguística de um fato, ele aponta que “a vantagem de substituir o curso real dos acontecimentos por palavras, conceitos e uma ordem lógica está em que a ordem conceitual torna inteligível a ordem real”(PARK, p.171)

Para além disso, o autor ainda acredita no poder real da linguagem na mudança dos fatos e nos acontecimentos futuros. Para ele (1976) a linguagem funciona como fluxo integrativo do presente e do futuro. "Na medida que as formulações hipotéticas que denominamos leis se conformam ao curso real dos acontecimentos, pode-se prever, partindo de uma condição presente, uma condição futura das coisas"(PARK, p.172).

É a partir da conceituação da relação da linguagem e da realidade que Park (1976) passa a construir o seu conceito de “notícia como forma de conhecimento”. Para o autor, a partir das modalidades de “conhecimento acerca de”, a que mais se assemelha à notícia, é a história. Mas é a partir da explanação de suas diferenças que ele volta a atenção do leitor para a notícia.

“A notícia não é um conhecimento sistemático como o das Ciências Físicas. Antes, na medida em que se refere a acontecimentos, semelha a História (...). Entretanto, a notícia não é história, e seus fatos não são fatos históricos. Não é a história porque, em primeiro lugar, se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los nem com seqüências causais nem com seqüências teleológicas. A história não só descreve os acontecimentos, mas também procura colocá-los no lugar que lhes cabe na sucessão histórica”. (PARK, 1976, p. 174,)

Nessa Perspectiva, Park (1976) credita a notícia como uma forma de conhecimento de um presente vivo. Ele reporta a atenção do leitor para o fato de

que um assunto só tem relevância e só gerará curiosidade do leitor, se aquilo ainda for interferir no cotidiano direto ou indireto de quem a lê. "A notícia só é notícia até o momento em que chega as pessoas para as quais tem interesse noticioso. Publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em História"(PARK, 1976, p.175). Neste sentido, o autor acredita que o fazer jornalístico constrói sua importância e seus signos, inteiramente no presente.

Sobre o "presente" apresentado, Park (1976) o nomeia como "especioso", por se decodificar como um presente individualizado no formato de conhecimento noticioso.

"como forma de conhecimento, a notícia não cuida essencialmente nem no passado nem futuro, senão do presente - e por isso foi descrita pelos psicólogos como o "presente especioso". Pode-se dizer que a notícia só existe nesse presente. O que aqui se entende por "presente especioso" é indicado pelo fato de ser a notícia, como o sabem os editores da imprensa comercial, mercadoria sumamente precíval. (PARK, 1979, p. 175.)

Na premissa de voltar a discussão para o objeto dessa pesquisa, solicito a atenção para o momento da greve da PM do ES, em 2017. Fazendo referência ao conceito de notícia apresentado por Park, fica claro sua importância concentrada no presente, ao percebermos que, apesar da relevância do fato, imediatamente, ao término oficial da paralisação, as matérias sobre o tema diminuiram a frequência, gradativamente, até caírem no esquecimento da mídia. Fato que será provado no terceiro capítulo com a análise numérica de conteúdos relacionados direta ou indiretamente com a greve.

Meses depois, quando citada, ela já se apresentava como um fato histórico e só vinha à tona a partir de uma repercussão do presente (punição dos envolvidos, reflexos da violência vivenciada no período, respostas governamentais e medidas de prevenção para evitar casos similares), como no caso do balanço divulgado por A Gazeta, três meses após o fim da greve. . Sobre o fenômeno da perda de importância, o autor diz que "a notícia deixa de ser notícia assim que haja cessado a atenção que despertou e assim que a atenção pública tenha sido dirigida para outro aspecto do habitat ou algum outro incidente novo, emocionante ou importante que seja capaz de prendê-la"(PARK, p.175).

Além da discussão sobre o presente, Park (1976) convida o leitor para a construção do entendimento do valor-notícia. O autor acredita que a importância de um fato, está da fuga do rotineiro. A notícia está relacionada "com o insólito e o inesperado. Segundo tudo indica, até o acontecimento mais corriqueiro têm probabilidade de se relatado na imprensa contanto que represente um afastamento do ritual costumeiro e da rotina da vida cotidiana" (PARK, 1976, p. 177). Apesar das ponderações sobre o valor-notícia, o autor alerta para o que de fato é p inesperado pretendido.

“se é o inesperado que acontece não é o totalmente inesperado que surge na notícia. Os acontecimentos que fizeram notícia no passado, como no presente, são realmente as coisas esperadas, assuntos caracteristicamente simples e comuns, como nascimentos e mortes, casamentos e enterros, as condições das colheitas, a guerra, a política e tempo. São estas as coisas esperadas, a nação mesmo tempo as coisas imprevisíveis. São os incidentes e acasos que surgem no jogo da vida”. (PARK, 1979, p. 176,)

Ainda sobre o valor conferido a notícia, o autor nos faz refletir sobre a proximidade pretendida entre o leitor e o fato em si. Para ele, o cidadão comum busca informações que o representem de alguma maneira, seja pelo local onde ocorreram ou pela relevância prática do fato em seu dia a dia. “O leitor comum lerá uma coluna e meia de itens de duas ou três linhas a respeito dos homens e coisas da sua cidade antes de ler um artigo de uma coluna, por mais anunciado que tenha sido nas manchetes”(PARK, 1976, p. 175).

De acordo com a teoria proposta por Park (1976), o valor-notícia do período aqui analisado estava na proximidade entre o acontecimento e o leitor. O cidadão sabia, durante todo o tempo, que ele era o principal atingido diretamente pela desordem na segurança pública gerada pela greve. Por isso, no que diz respeito a propagação da notícia e a importância dada a ela pelo cidadão, Park apontaria os critérios de proximidade para justificar tamanha relevância do valor-notícia.

Em suma, Park (1976) protagoniza um rico debate acerca da construção das notícias e nos provoca no sentido de entender o significado de sua existência, para além dos papéis comerciais. Para o autor, ela deve ser vista não somente pela sua relevância organizacional, mas também pelo papel social ao contribuir

direta e indiretamente para seu funcionamento. Neste aspecto, Park se dedica a explicar o valor institucional da notícia.

“A notícia realiza de certo modo, para o público, as mesmas funções que realiza a percepção para indivíduo, isto é, não somente o informa como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo. E fá-lo sem qualquer esforço do repórter por interpretar os acontecimentos relatados, exceto o esforço do repórter para os tornar compreensíveis e interessantes”. (PARK, 1976, p. 176)

Para além dessa construção institucionalizada, Park traz à tona um papel fundamental da notícia. Para ele, ela é responsável pela estadia consciente do homem em seu espaço. “A função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade”. (PARK, 1976 p. 183)

Nesse sentido, A Tribuna, A Gazeta e os outros meios de comunicação do ES, foram responsáveis pela construção da verdade sobre os acontecimentos para a sociedade.

## 2. Violência, mídia e imaginário social

Este trabalho parte do princípio que as representações da violência, seja pela da mídia ou pelos seus expectadores, incide sobre a percepção do medo ou da segurança, já que esta segunda se mostra fundamental para a manutenção da ordem no cotidiano da cidade. “A necessidade de segurança é, portanto fundamental; está na base da afetividade e da moral humanas. A insegurança é símbolo da morte e a segurança símbolo da vida”. (DELUMEAU, 1989, p.19)

Para entender esse paradigma, é preciso estar atento ao indivíduo contemporâneo e suas formas de vida em sociedade. Mello (1999), nos aponta um cenário onde o indivíduo está majoritariamente recluso aos ambientes privados. Para ela, a valorização da vida privada torna a experiência dos espaços públicos cada vez mais distanciada da rotina. Para a autora, esse fenômeno tem uma série de fatores que incluem a sensação de insegurança experienciada pelo cidadão. Isso reflete diversas consequências, inclusive a dificuldade do indivíduo de enxergar a cidade por seus próprios olhos. (Mello, 1999)

“Os habitantes da cidade não conseguem vê-la, ela não se deixa ler (a metrópole). Para conhecê-la precisamos ampliar nossos sentidos e nosso entendimento. Temos necessidade de mediadores, instrumentos que tornem a nossa visão e nossa compreensão mais abrangentes. Não são microscópios e não são telescópios. São a televisão, o rádio e o jornal”. (Mello, 1999, p. 131)

Mas, antes de validarmos a mídia como reflexo da realidade pública para o cidadão, vamos discutir brevemente o crescimento da violência urbana como contribuição para os objetivos dessa pesquisa.

Tondato (2007, p.126), apresenta um panorama quantitativo que documenta a ascensão do fenômeno da violência nas cidades e esclarece dúvidas sobre a dificuldade de propor uma solução imediata. Para ela, o problema é sistêmico e tem sua base no aumento significativo da população dos grandes centros nos últimos 20 anos. A autora esclarece a desigualdade e aponta inclusive para a mudança no pensamento criminoso que busca dia após dia novas maneiras de “empreender” no mundo da ilegalidade.

No Brasil, em 20 anos, a população urbana subiu da casa dos 50% para 80%, sem que isso tenha sido acompanhado pelo desenvolvimento das condições de vida, pelo contrário, cresce a desigualdade, diminuem as chances de ascensão social, aumentando a busca por alternativas ilegais de inserção em uma sociedade marcada pela fragmentação. Até os anos 80, o crime organizado se restringia à ação de quadrilhas e ao jogo do bicho que, embora considerado contravenção, tem todas as características de organização na medida em que atua em um território definido, faz lavagem de dinheiro e tem forte penetração na máquina do Estado. (Tondato, 2007, p.126)

A autora restringe sua pesquisa a três formas de violência, comumente conhecidas pela sociedade. Ela faz essa restrição, pois assim como neste projeto, o objetivo central de sua pesquisa era avaliar a cobertura midiática de casos de violência. Para isso, é preciso especificar conceitos que vão ao encontro do cotidiano da população.

Tondato (2007) busca definir a violência a partir de três perspectivas. A individual, a social e a institucionalizada. A primeira é caracterizada por crimes altamente violentos como assassinatos em série, estupros, pedofilia e outros. A segunda, definida como social, é aquela que busca a “igualdade e a justiça” através de ações ilegais como o sequestro e o latrocínio. A terceira e não menos importante é aquela que prevê a violência institucionalizada pela busca por poder político e econômico, conhecida como “crime de colarinho branco”. (Tondato, 2007, p.127)

Qualquer uma das três perspectivas tem uma motivação ou causa inicial. Para esses conceitos, o presente trabalho adotou a violência sob a ótica do cientista francês Jean-Claude Chesnai (1996). Para o autor, existem alguns fatores chave que apontam para o início do processo de instauração da violência em qualquer campo. Em sua obra, ele aponta para a relevância de seis fatores centrais:

“1. Fatores sócio-econômicos (pobreza, agravamento das desigualdades, herança da hiper-inflação). 2. Fatores institucionais: insuficiência do Estado, crise do modelo familiar, recuo do poder da Igreja. 3. Fatores culturais: problemas de integração racial e desordem moral. 4. Demografia urbana: as gerações provenientes do período da explosão da taxa de natalidade no Brasil chegando à vida adulta e surgimento de metrópoles sem a mínima infra-estrutura. 5. A mídia, com seu poder, que colabora para a apologia da violência. 6. A globalização mundial, com a contestação da noção de fronteiras

e o crime organizado (narcotráfico, posse e uso de armas de fogo, guerra entre gangues).” (CHESNAI, 1996)

A dada importância do tema - após as definições e conceitos oferecidos anteriormente - trouxe responsabilidades a diversas esferas da sociedade, uma delas é a mídia que a cada dia precisa otimizar os processos e formatos para levar os acontecimentos em tempo real para a população, com o objetivo de oportunizar discernimento e interpretação dos fatos que acometem o cotidiano. (CRUZ, 2008, p.2)

Neste aspecto, a mídia colabora para que a sociedade consiga acompanhar, simultaneamente, toda e qualquer operação que interfira direta ou indiretamente na vida das cidades (CRUZ, 2008, p.2). Sobre este fato, é possível exemplificar a responsabilidade adquirida pela mídia por meio da cobertura de crimes emblemáticos, como o sequestro do ônibus 174 (O Globo, 2000 – Ônibus 174) no ano 2000 ou o sequestro de Eloá (Folha de São Paulo, 2008 – Caso Eloá), em 2008. Todos eles com cobertura ao vivo e interferência direta dos jornais no acompanhamento e desenvolvimento das ações policiais. Desde o seu surgimento, a mídia trabalha para construir o pensamento para que a sociedade tenha acesso a conteúdos que forneçam liberdade de pensamento e esclarecimento sobre o cotidiano. O papel do jornalismo ultrapassa a necessidade de divulgação dos fatos. Mais do que transmissores, os veículos são responsáveis pelo processo de ação do cidadão ao ser exposto à notícia. Como delimitado por Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003, p.22-23)

É neste espaço que se encontra o risco da espetacularização do fato. Na luta pela audiência, os jornais transbordam o limite e deturpam o sentido real do ofício que é levar a notícia de interesse público ao povo.(TRAQUINA, 2001)

Num primeiro momento, é preciso avaliar o sentimento de insegurança para só depois construir um pensamento crítico sobre o papel da imprensa nesse processo. A história aponta para um passado obscuro e cheio de confrontos registrados em todas as esferas da sociedade. Mas é na contemporaneidade que se encontram os maiores registros de medo por parte da população.

Os meios de comunicação de massa se atentaram ao gosto da população pelo consumo de informações de violência e tornaram essa categoria um “espetáculo da realidade”. DELPIERRE (1974 apud Delumeau, 1989) traça uma discussão clara sobre coexistência do medo e da vontade de o observar.

“Um [...] efeito do medo é a objetivação. Por exemplo, no medo da violência, o homem ao invés de lançar-se à luta ou fugir dela, satisfaz-se olhando-a de fora. Encontra prazer em escrever, ler, ouvir, contar histórias de batalhas. Assiste com certa paixão às corridas perigosas, às lutas de boxe, às touradas. O instinto combativo deslocou-se para o objeto.

Portanto, analisar o papel da mídia e seus efeitos sob a sociedade exige um olhar criterioso sobre o que o indivíduo gosta ou tem preferência por consumir. Afinal, a produção jornalística parte de um papel social guiado pelo panorama empreendedor de um sistema que objetiva o lucro através da venda direta de uma informação.

A análise pretendida neste trabalho se propõe a pensar a lógica de três conceitos vivenciados na sociedade. A violência como uma escolha editorial da imprensa no processo de produção dos fatos, a mídia como mediadora entre o cidadão e o enquadramento da realidade e o medo como consequência da produção jornalística espetacularizada na sociedade moderna. A partir disso, Torna-se necessário abrir uma breve discussão sobre o formato jornalístico que vem se apresentando como artifício de representação da violência na mídia.

### **Sensacionalismo como recurso jornalístico**

Em várias discussões sobre mídia, a palavra sensacionalismo aparece protagonizando árduas críticas a produção jornalística e suas implicações. A partir dos anos 90, os meios de comunicação de massa brasileiros passaram a estabelecer tentativas de desvincular sua produção ao sensacionalismo puro e sem fundamento. A decisão partiu da ideia de produzir um conteúdo mais crítico e de interesse público. Entretanto, alguns veículos ou editorias esbarraram na dificuldade de tornar o plano uma realidade.

“O grande problema da desvinculação ao sensacionalismo é que, em determinadas ocasiões, ele ainda é visto como a ‘formula de sucesso’ dos jornais populares que exploram o apelo da informação para vender

notícia, usando o binômio 'sexo-violência'. Se por um lado, o sensacionalismo remete a aproximação ao leitor, por outro é inevitável menções com a chamada 'imprensa marrom' e a maneira exagerada e irresponsável de se trabalhar a notícia. Mas afinal, o que é o sensacionalismo e que fascínio é esse que ele exerce sobre os leitores? As definições são as mais variadas, mas o princípio o acaba sendo um só: a espetacularização da notícia. Numa definição mais geral, o sensacionalismo pode ser entendido como um modo de divulgar os fatos, dando-os como acontecimentos extraordinários" (HOLANDA, 2009, P.5)

O termo também é adotado para apontar um meio de comunicação ou um jornalista em si que utiliza estratégias abusivas para retratar os fatos afim de obter maior destaque. O grande problema dessa associação está na perda da credibilidade que acomete o sujeito que origina o produto sensacionalista. Ao ser taxado dessa forma, ele diz ao espectador que só produz aquilo que pode gerar emoções fortes, independente da relevância social. (AGRIMANI, 1995)

Entretanto, ao analisar o cenário de produção jornalística sensacionalista, é preciso ampliar o olhar para a discussão. Normalmente, somos tentados a acreditar que é uma produção unilateral e que o espectador não gostaria de ter acesso a informações de violência ou crimes em geral. Assim, a culpa pelo conteúdo tendencioso é única e exclusiva do meio de comunicação e não de quem o consome. (CRUZ, 2008, p.5)

Apesar dessa prerrogativa, vamos avaliar o fato em si. Pode-se afirmar que o homicídio é a forma mais extrema do comportamento humano, já que é o último e fatal ato de violência que alguém pode cometer (CRUZ, 2008, p.7). Ao olhar para um homicida, o que te separa dele? Poderíamos apontar para a "coragem" de finalizar seus estímulos negativos? Basicamente, o homicida é o ser humano que não tem o filtro da boa conduta e não está preocupado com as consequências. Seja um crime premeditado, ou um assassinato advindo de uma briga de trânsito, o que te diferencia daquele protagonista é a consciência de que independente do estímulo, você não pode, seja por leis de ética ou princípios, atentar contra a vida de alguém.(ROLIM, 2006)

Mas ao ler o relato, além de entender o limite do extremo, você se mostra superior ao ator do fato. Isso te oportuniza um lugar de conforto e prova social,

já que, apesar da coexistência no mundo, você sabe o limite de lidar com a vida do outro, mas ele não.

“O contato com a morte violenta e intencional, a partir da mediação do relato, nos aproxima do extremo, compreendido como o limite que não pode ser transposto. O que, talvez, nos ofereça uma forma pela qual possamos contornar nossos impulsos mais obscuros e ancestrais. Assim, quando tratamos da violência e, especialmente quando tratamos do assassinato, é possível que estejamos também “nos livrando” de algo.”(ROLIM, 2006, p.187)

Diante dos conceitos do sensacionalismo faz-se necessário entender que nem com a prerrogativa de adquirir conexão com o leitor, ele se mostra como uma boa técnica. Principalmente porque traz para o veículo a sensação de desconexão com a verdade e a falta de compromisso com o cidadão.

Na tentativa de aflorar o sentimento do leitor, o veículo peca ao espetacularizar o fato que já é naturalmente delicado. Retratar a violência por si só é tarefa que exige cuidado. O ângulo, a imagem, os adjetivos e os contextos são imprescindíveis na hora de editar uma matéria. Quando adiciona-se o sensacionalismo eleva-se a carga emocional e oportuniza-se uma interpretação menos racional da verdade.

Tudo que se vende é aparência e na verdade, vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver a melhor manchete (...) O jornalismo sensacionalista extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva, apelativa e enaltece. Fabrica uma nova notícia que a partir daí a se vender por se mesma. (A imprensa sensacionalista) não se presta a informar, muito menos a formar. Presta-se básica e fundamentalmente a satisfazer as necessidades instintivas do público, por meio de formas sádicas, caluniadoras e ridicularizadora das pessoas. Por isso, a imprensa sensacionalista serve mais para desviar o público de sua realidade do que para voltar-se a ela. (Marcondes apud Angrimani Sobrinho, 1995, pg 15)

Em resumo, entende-se que o sensacionalismo não busca formar ou informar a sociedade. Como destacado pelo autor, o intuito primário do veículo ou do jornalista é apontar para a “ferida” do fato, independente dos efeitos que este formato pode causar.

As explicações e definições para a produção jornalística sensacionalista apontam para uma delimitação de importância do fato e não do contexto da

notícia. Ao adjetivar o sofrimento, o veículo oportuniza uma interpretação cada vez mais emocional e colabora para o pensamento pouco crítico da sociedade.

Esse estilo de produção é comumente encontrado em jornais populares que circulam nos grandes centros e tem como público alvo a população de regiões periféricas. Os consumidores ativos têm acesso a um conteúdo pensado estrategicamente para emocionar. As manchetes chamam atenção pelo “absurdo” e têm pouca relação com a verdade. (AMARAL, 2006)

As pautas preferidas por esses veículos têm como fruto protagonista a violência. É a partir dela que se faz a construção editorial de todo o conteúdo diário e o fato é esmiuçado no detalhe, para que o leitor consiga fazer parte da cena.

É nesse processo de produção e consumo que a interpretação desempenha o papel de vilão para o cidadão. Como os jornais sensacionalistas são, na maioria das vezes, extremamente opinativos, a sociedade não encontra espaço para interpretações distintas. É como se o jornalista, além de ofertar a notícia, oferecesse “de brinde” o que o indivíduo deve levar dela.

A partir dessas prerrogativas nascem os jargões tão difundidos na sociedade moderna, como: “Bandido bom é bandido morto”, “Não existe mais segurança como antigamente”, “Isso é culpa do partido X”. Além disso, abre-se campo para duplas interpretações, cada vez mais subjetivas e tendenciosas.

“O caráter estilístico (opinativo e avaliador) dos jornais popularescos diários cria o espaço da dúvida, da ambivalência, da ambigüidade do jornalismo. Permite que enfoques essencialmente subjetivos (opinativos, polêmicos, justiceiros, salvadores, perseguidos, vitimizadores) aflorem no texto jornalístico sem restrição de ordem editorial.” (Rosa Nívea, apud Angrimani Sobrinho, 1994, pg 02)

A linguagem adotada pelo meio sensacionalista é construída como uma estratégia de plano de marketing. O objetivo primário e central é a venda. Por isso, pouco importa a consequência emocional e o risco advindo da mensagem. O protagonista é o sangue e o figurante é o contexto da mídia (HOLANDA, 2009, p.13)

A partir das pesquisas de SOUZA (2000, p.127) é possível analisar que “os meios jornalísticos mediatizam o nosso conhecimento das realidades que não conhecemos e propõem-nos, logo à partida, determinadas interpretações para essas mesmas realidades”. Isso permite a integração de culturas e espaços e elimina a distância que impede o entendimento da realidade alheia.

A questão central nessa prática está na responsabilidade adquirida pela mídia na hora de escolher o foco, o formato e a mensagem que deve ser passada. Ao noticiar um caso de violência deve-se estar atento ao contexto social e espacial do fato, para que o leitor ou espectador não se sinta inseguro pela “brutalidade” da ação em si.

O jornalismo por si só possui uma contribuição social esperada. Isso promove, inclusive, a interpretação e o entendimento do mundo por parte da sociedade. Basicamente, o veículo se torna responsável pela forma como o cidadão vai agir a partir de determinada notícia. (KARAM, 2004, p.47) É uma relação de troca. O jornalismo entra como o mediador e o público como o receptor da mensagem e possivelmente o agente de transformação. “notícias de repercussão mobilizam os atores sociais, que produzem novos fatos e fazem com que eles sejam também noticiados. A mediação generalizada estimula a ação social” (GOMIS, 1997, p.187)

Vale ressaltar também, que mesmo com o cenário de interesse da mídia pela audiência, a publicação de notícias de violência não deve ser percebida somente com o olhar tendencioso da crítica. “Quando se divulga um crime e se permite que determinados detalhes sejam conhecidos, procura-se também estimular eventuais testemunhas ou pessoas que disponham de informações relevantes a procurarem a polícia”. (ROLIM, 2006, p.208)

Ou seja, o papel social do jornalismo vai além da prestação de serviço para a sociedade, ele pode servir como ator determinante para a solução de questões que a segurança pública não conseguiu desvendar. Principalmente quando se trata da execução de crimes, todo e qualquer auxílio na elaboração e

reconstrução do caso, pode promover a resolutividade rápida de questões que envolvem a ética e a justiça.

### **3 Uma leitura de A Gazeta e A Tribuna: Análise de Conteúdo a partir da Greve da Polícia Militar do ES**

#### **Metodologia e definição do corpus**

Essa investigação empírica foi construída a partir de uma pesquisa documental, através da coleta de dados feita nas versões virtuais de A Gazeta e A Tribuna. Para Sônia Moreira (2005) esse é o processo definido pela identificação, apreciação e confirmação de documentos previamente selecionados para o cumprimento de determinado objetivo.

A delimitação do corpus deste trabalho, partiu da necessidade de investigar as mudanças estruturais e de linguagem dos principais jornais capixabas, a partir de um evento atípico como a Greve da Polícia Militar, ocorrida em fevereiro de 2017. Iniciamos a coleta de dados no mês de janeiro do mesmo ano (um mês antes do episódio) para que possíveis comparações de estrutura e linguagem nas representações da violência pudessem ser feitas. Do mesmo modo, a análise se encerrou no mês posterior ao evento, totalizando, portanto, três meses consecutivos de análise.

As páginas dos jornais A Gazeta e A Tribuna, dos três meses em questão, foram analisadas segundo a) a construção e apresentação dos fatos, b) os critérios de noticiabilidade e c) a linguagem adotada, principalmente nas manchetes de cada página.

Para a análise empírica deste trabalho, utilizamos a metodologia de análise do conteúdo, que segundo Bauer (2004), a luz da conceituação de Holsti, a define como “toda técnica para fazer interferências através da identificação objetiva e sistemática de características específicas das mensagens”. Para o autor, é a partir da categorização das mensagens que se constitui a análise concreta. (BAUER, 2004, p.192)

Ainda para o autor (2004, p.199) essa análise precisa ser estabelecida a partir de um “referencial de codificação” para o entendimento pretendido com o corpus. Ele ainda salienta que esta metodologia busca analisar o texto a partir da construção teórica que levará a resolução dos objetivos da pesquisa.

A partir dessa premissa, coletamos todas as matérias de A Gazeta e A Tribuna, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2017, tendo como recorte a categoria violência. Como só A Tribuna tem um caderno dedicado aos casos de segurança pública, decidimos filtrar todas as matérias, de todas as editorias, nos dois jornais, já que A Gazeta utilizava espaços “especiais” para tratar a questão.

Para a análise, avaliamos prioritariamente os aspectos linguísticos adotados por cada um dos jornais. Como apresentamos na introdução deste trabalho, o histórico de cada um deles aposta para uma preferência de público determinados que acabam por roteirizar o estilo e a estética apresentada nas páginas de jornal. Vimos, pelas palavras dos próprios colaboradores das redes, que A Tribuna se apresenta como um jornal mais popular, com linguagem simples e descrição de temáticas que acometem a população periférica. Já A Gazeta, desde a sua criação, se apresenta como um jornal menos popular e atinge um nicho mais elitizado, apesar das movimentações contrárias que temos visto nos últimos meses, em toda a rede que gerencia o jornal.

Durante um período de 2018, nos dedicamos a coleta de dados, a partir de palavras chave que contemplam as representações da violência nos jornais. Como foi utilizado a versão digital de cada jornal, selecionamos os principais termos encontrados em matérias sobre a violência pública para fazer a filtragem, além dos termos que apareceram no período de recorte para a representação da greve. Foram elas: 1-Violência 2-Tiro 3-Assalto 4-Morte 5-Paralisação 6-Policiais 7-Greve 8-Bandido.

A partir dessa coleta, analisamos cada página em que a violência aparece como protagonista ou plano de fundo. Todas as matérias foram lidas e filtradas para uma abordagem quantitativa comparativa na divulgação dos casos de violência abordados. Além disso, foram avaliados qualitativamente aspectos de linguagem e estética, principalmente das manchetes dos jornais abordados. Buscou-se aqui uma comparação linguística e estilística que oportunizasse um diagnóstico analítico conteudista sobre a relação do jornal com o cidadão, principalmente com aquele determinado como o seu público-alvo.

Para a apresentação dos dados, optamos por dividir a avaliação por mês de recorte. Primeiro, apresentaremos os dados quantitativos de cada um dos jornais. Depois, analisaremos o padrão linguístico e estético de cada um deles, para que, ao final, possamos fazer uma comparação dos conteúdos analisados.

Veja, agora, como A Gazeta e A Tribuna construíram suas representações de violência no período de recorte adotado por este trabalho.

### **Janeiro: o mês antecessor**

#### **- A Gazeta**

No mês de janeiro, o Jornal A Gazeta concentrou a publicação de noventa e seis (96) matérias que abordaram a violência, divididas em cinquenta e sete (57) páginas (média de 1,7 matérias por página). Vale lembrar que este jornal não tem uma editoria especializada em “polícia”. Por isso, quando matérias sobre violência são selecionadas, elas aparecem no caderno “Cidades”, com um subtítulo “Segurança”, no caderno “Mundo”, quando se referem a assuntos internacionais, ou em cadernos especiais, como o intitulado “Caos na Segurança”, criado especialmente no período da greve.

Quanto à linguagem, A Gazeta busca repercutir casos de violência que tomaram largas proporções após o seu acontecimento. No que diz respeito às manchetes de janeiro, ela buscou títulos impactantes e utilizou elementos que colaboram para a espetacularização dos fatos.

No dia 16 de janeiro, por exemplo, a crise no sistema penitenciário foi pauta em mais de uma página. A manchete dizia “Rebelião no maior presídio do RN acaba com 26 detentos mortos” (A GAZETA, 26/01/2017). No meio da reportagem, o jornalista optou por abrir um intertítulo com uma nova manchete: “Penitenciária tem apelido de queijo suíço”. Essa estratégia de oportunizar a busca pela atenção do público, a partir de uma curiosidade, foi utilizada por esse jornal como maneira de capturar a atenção, sem necessariamente ir ao ponto central da notícia, segundo dados obtidos.

De modo geral, as matérias têm pouco aprofundamento e apontam para uma apuração generalista. Fontes oficiais são maioria, refletindo as consequências de uma gestão cada vez mais enxuta nas redações. Tecnicamente, o que se avalia nas matérias propostas diariamente em A Gazeta, contribui para a visão pessimista de que os textos dizem cada vez menos e pouco estimulam o pensamento crítico do leitor.

O jornal A Gazeta busca traduzir a leveza da diagramação por meio de escolhas mais clássicas, refletindo a proposta mais elitizada do jornal. (TICO; SANTANA; TARCISIO, 2008) A quantidade de matérias por página não costuma ultrapassar três, auxiliando um entendimento mais claro “do que se refere ao que”, como pode-se observar abaixo:

**12 CIDADES SEGURANÇA**

**CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO**

**Rebelião no maior presídio do RN acaba com 26 detentos mortos**

Alguns presos foram decapitados e outros esgarçados no meio de fuzilamentos

Grande do Norte. O maior complexo carcerário do estado começou a ser tomado por uma rebelião que já matou 26 detentos.

Alguns presos foram decapitados e outros esgarçados no meio de fuzilamentos. Noventa detentos foram mortos em meio a rebelião no maior presídio do Brasil, o Complexo Penitenciário de Natal, no Rio Grande do Norte. O conflito começou na manhã de sábado (14) e se prolongou até o domingo (15).

Identificados como se manifestaram pela rebelião que durou quatro dias e que resultou em 26 mortes, 90 feridos e 170 detidos. Homens em um carro se aproximaram do presídio antes da rebelião e dispararam contra os presos. Segundo a polícia, a fuga ocorreu devido aos detidos serem presos e a polícia Regional Civil não conseguiu conter a situação.

Os presos foram decapitados e esgarçados no meio de fuzilamentos. Noventa detentos foram mortos em meio a rebelião no maior presídio do Brasil, o Complexo Penitenciário de Natal, no Rio Grande do Norte. O conflito começou na manhã de sábado (14) e se prolongou até o domingo (15).

**CONFLITO**

**14** horas depois que a rebelião começou, os detentos foram mortos em meio a fuzilamentos. Noventa detentos foram mortos em meio a rebelião no maior presídio do Brasil, o Complexo Penitenciário de Natal, no Rio Grande do Norte. O conflito começou na manhã de sábado (14) e se prolongou até o domingo (15).

**Penitenciária tem apelido de "queijo suíço"**

A penitenciária de Natal, no Rio Grande do Norte, foi apelidada de "queijo suíço" por causa de sua estrutura, que lembra a forma do queijo. O complexo carcerário é conhecido por ser um dos mais modernos do Brasil, com uma arquitetura moderna e um sistema de segurança avançado.

Figura 4, A Gazeta, 16/01/2017

No mês de janeiro de 2017, sem grandes alterações no cenário de violência local, matérias que repercutiram crimes no cenário nacional ganharam mais força. Grandes reportagens foram feitas sobre o sistema penitenciário brasileiro, guerras de facções criminosas em todo o país, além do aumento no caso de abusos sexuais denunciados. Para essas matérias, o padrão de uma ou duas fotos contextualizadas e um box com informações adicionais de números e estatísticas, foi mantido. De modo geral, A Gazeta mantém uma diagramação

mais limpa, sem a inserção de elementos que possam confundir o leitor no momento da interpretação do texto apresentado.

## **A TRIBUNA**

No mesmo mês, o jornal A Tribuna publicou mais que o dobro de reportagens sobre violência, se comparado com A Gazeta. No total, foram cento e noventa e quatro (194) matérias concentradas no caderno “Polícia”, dedicado, exclusivamente a repercussões de casos de violência. Essas matérias estavam divididas em setenta e quatro (59) páginas (média de 3,3 matérias por página).

Diferente do principal concorrente, o jornal de maior circulação no Espírito Santo, A Tribuna, mantém tradição em publicações que se enquadrem na editoria de polícia. Com uma abordagem bem direta nos casos de violência, A Tribuna busca produzir grandes reportagens sobre temas de larga repercussão, e notinhas e comentários sobre crimes de menor relevância ou debate nas ruas.

Em relação às matérias de temáticas também repercutidas em A Gazeta, mais uma vez, fica clara a tentativa de propor um jornalismo padrão, sem qualquer tipo de inovação no formato, nos textos e no jeito de contar a notícia.

Também no dia 26, A Tribuna publicou uma página sobre a rebelião no presídio do Rio Grande do Norte. Se tampássemos o nome dos jornais, fica difícil saber quem foi o responsável por cada matéria. O conteúdo é quase idêntico e os enfoques não buscam uma abordagem diferenciada, refletindo assim, a busca pela construção de textos rápidos que comportem uma rotina de demandas cada vez mais saturada para o profissional. Já no título é possível perceber a similaridade: “Rebelião em Presídio deixa 26 mortos”.

CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO



Corpos foram retirados ontem do Presídio Nacional de Alcaçuz, após 14 horas de rebelião, que só terminou com a entrada de batalhões especiais da polícia

# Rebelião no maior presídio do RN acaba com 26 detentos mortos

**Alguns presos foram decapitados e outros esmagados por veículos pesados**

Grande do Norte. O maior presídio do Brasil sofreu uma rebelião que deixou pelo menos 26 detentos mortos e 620 presos feridos. A insurreição começou na madrugada de sábado (14) e durou até o início da manhã de domingo (15).

Alguns presos foram decapitados e outros esmagados por veículos pesados. A rebelião ocorreu no Presídio Nacional de Alcaçuz, em Natal, no Rio Grande do Norte. O maior presídio do Brasil sofreu uma rebelião que deixou pelo menos 26 detentos mortos e 620 presos feridos. A insurreição começou na madrugada de sábado (14) e durou até o início da manhã de domingo (15).

**CONFLITO**

14 horas de rebelião no maior presídio do Brasil, com 26 mortos e 620 presos feridos.

DATA	LOCAL	TIPO DE ATOS	DETORES	PREÇOS
14/01	Presídio Nacional de Alcaçuz	Rebelião	26 mortos	620 feridos

Penitenciária tem apelido de "queijo suíço". A penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, foi apelidada de "queijo suíço" pela Justiça por permitir que presos se organizassem em grupos locais para controlar o presídio.

12 TRIBUNA VISTA 14. QUINZE DIAS DE JANEIRO DE 2017

# Rebelião em presídio deixa 26 mortos

**Corpos dos presos foram esmagados, decapitados e carbonizados por facções rivais. Mortos durou 14 horas**

Uma rebelião em um presídio deixou 26 presos mortos e 620 feridos. A insurreição começou na madrugada de sábado (14) e durou até o início da manhã de domingo (15).

Alguns presos, além de decapitados, também foram esmagados por veículos pesados. A rebelião ocorreu no Presídio Nacional de Alcaçuz, em Natal, no Rio Grande do Norte.

620 presos e 1.150 detentos envolvidos na insurreição. A insurreição ocorreu no Presídio Nacional de Alcaçuz, em Natal, no Rio Grande do Norte.



**Exposição de muro e fuga**

Exposições de muro e fuga. A rebelião ocorreu no Presídio Nacional de Alcaçuz, em Natal, no Rio Grande do Norte.

SEM PROPAGANDA SEU PRODUTO FICA INVISÍVEL PARA OS CLIENTES.

Figura 4, A Gazeta, 16/01/2017

Figura 5, A Tribuna, 16/01/2017

O que se vê estampado nas páginas hoje, pode ser analisado muito mais como uma apresentação dos ocorridos do que como uma proposta de reflexão sobre as temáticas. Além do já apontado, em termos de linguagem, é possível notar uma espetacularização mais acentuada nas manchetes de A Tribuna do que de A Gazeta. No dia dois de janeiro, por exemplo, uma das páginas da editoria de polícia trouxe a seguinte manchete: "Enforcada e jogada em bueiro". Em uma primeira análise, a frase pode parecer inofensiva. Mas a escolha das poucas e fortes palavras, colabora para um discurso apontado como sensacionalista, de acordo com as teorias apresentadas no capítulo anterior.

Ao contrário da proposta oficial de A Gazeta, A Tribuna se apresenta como um jornal "do povo". Por isso discute, diariamente, assuntos e fatos construídos por símbolos e signos existentes nas periferias. Todo o tipo de violência é tratado no veículo, desde crimes de repercussão nacional até brigas de rua, assaltos e furtos regionais.

Em relação à diagramação das páginas, A Tribuna precisa concentrar um número maior de notícias por página. Isso torna a estratégia de interpretação

pouco mais complexa, já que o leitor precisa aprender os códigos que determinam o início e o fim de cada matéria.

Para delimitar os espaços e chamar atenção para os fatos mais importantes, A Tribuna utiliza cores vibrantes e fotos que trazem sentido aos pontos centrais da notícia. Ainda sobre a matéria da rebelião no presídio do Rio Grande do Norte, a editoria optou por utilizar uma foto com os presidiários nus, enfileirados, acumulando a imagem do caos vivenciado na ocorrência, atestando assim, mais uma das estratégias de captação de leitores.

## **Fevereiro: o fatídico mês**

### **A Gazeta**

A greve dos policiais militares começou oficialmente no dia 05 de fevereiro de 2017. Desde as primeiras horas de conflito, a imprensa capixaba reorganizou sua rotina de produção e apuração para informar a população sobre os passos seguintes do que se tornaria um dos eventos mais emblemáticos da segurança pública do Espírito Santo.

O jornal A Gazeta, é um veículo impresso pertencente à rede Gazeta. Por isso, as primeiras informações apresentadas do caso, saíram na mídia televisiva e posteriormente na mídia impressa. No que se refere ao número de matérias divulgadas no mês de fevereiro, sobre a greve, A Gazeta mais do que dobrou sua abordagem sobre a violência. Isso, é claro, pela magnitude do caso, mas também por um recorte induzido que priorizou a divulgação daquilo que se mostrou a pauta principal do cidadão capixaba.

Ao todo, foram duzentas e dezoito (218) matérias sobre violência, sendo duzentas e três (203) referentes à fatos relacionados direta ou indiretamente a paralisação dos policiais militares do Espírito Santo, divididas em 105 páginas, durante todo o mês de fevereiro. Vale lembrar que A Gazeta não tem histórico de divulgação de matérias de violência, exceto quando há repercussão fora da curva de normalidade.

Como já apresentado anteriormente, este trabalho apontou que as maiores mudanças em relação ao formato e abordagem, partiram do jornal A Gazeta, já que ele não se apresenta como um veículo divulgador de fatos sobre a violência, mas precisou se adequar ao momento atípico vivenciado pelo Espírito Santo.

De modo geral, as matérias tomaram um novo rumo de linguagem, com um detalhamento preciso sobre as ocorrências, na contramão do aplicado rotineiramente. Todos os dias da greve, o veículo apresentou mais do que linhas gerais sobre os casos de violência. Mapas foram construídos, números foram apresentados e estatísticas fizeram parte de toda a construção noticiosa daquele período.

Em relação ao conteúdo apresentado, duas estratégias foram utilizadas por A Gazeta. De um lado, o veículo prestou um serviço informativo de utilidade pública, com matérias que apontavam os estabelecimentos, órgãos públicos e privados e seus respectivos horários especiais de funcionamento. De outro, A Gazeta apresentou as áreas de maior incidência de crimes e ocorrências violentas, em todo o estado. Diariamente, os números de vítimas, os prejuízos para a cidade e para o comércio, eram atualizados em grandes reportagens alocadas em um caderno especial, criado para a divulgação específica de notícias relacionadas ao período, em meia página:



Figura 6, A Gazeta, 17/02/2017



Figura 7, A Gazeta, 15/02/2017



**CIDADES**

**CAOS NA SEGURANCA**



**GUARDAS MUNICIPAIS BALEADOS EM ITAPOÁ**

Momentos antes criminosos tentavam arrombar portas de lojas

“**Estávamos muito apreensivos, desconfiados e revoltados com a situação. Esperávamos que ela se normalizasse rápido, mas que aconteceu uma tragédia!”**

“**Eu não sabia que eu estava em uma situação de risco. Quando eu fui baleado, eu não sabia que eu estava em uma situação de risco. Quando eu fui baleado, eu não sabia que eu estava em uma situação de risco.**”

“**Eu não sabia que eu estava em uma situação de risco. Quando eu fui baleado, eu não sabia que eu estava em uma situação de risco.**”

**CIDADES**

**INVASÃO E SAQUES ASSUSTAM LOJISTAS**

Por medo, comércio fechou as portas, mas nem assim escapou

**Proprietários contratam segurança particular**

**Arrombamentos também no comércio de Cacheiro**




**CIDADES**

**CAOS NA SEGURANCA**






**CIDADES**

**BANDO FAZ ARRASTÃO E TENTA MATAR POLICIAL**

Ladrões reconheceram PM e atiram contra ele, que revidou

**Médicos ficam reféns do medo**




**CIDADES**

**DESESPERO NA HORA DA VOLTA PARA CASA**

Pessoas se jogaram nas ruas e grupo dirigiu ônibus

**Avenidas em clima de "cidade fantasma"**





Figura 9, A Gazeta, 07/02/2017

Em várias edições do caderno especial, A Gazeta mesclou informações de utilidade pública com relatos de cidadãos que vivenciavam o período de greve. Todos os dias, o periódico publicava uma lista com estabelecimentos que tiveram sua rotina de abertura e fechamento alteradas pela paralização, além de um panorama da real situação pela perspectiva da população. No caderno apresentado acima, A Gazeta trouxe a fala do então presidente do sindicato dos médicos, além da fala de outros cidadãos que atestavam seus medos em decorrência da greve.

No dia 06 de fevereiro, um dia após o início das paralizações, A Gazeta ainda não havia dado título ao caderno especial. Entretanto, já divulgado de maneira extraordinária, a reportagem intitulada “Medo toma conta com arrastão e quebradeira”, contava com um cabeçalho que a descrevia como “reportagem especial”:



Figura 10, A Gazeta, 06/02/2017

No jornalismo, é comum criarmos títulos especiais para matérias de grande relevância. Isso ocorre pela necessidade de dar destaque ao que não pode ser entendido como parte da rotina de determinada região. É a maneira encontrada para alertar o público sobre o que pode afetar direta ou indiretamente o seu dia a dia.

No caso da matéria citada anteriormente, este trabalho analisou a linguagem adotada pelo meio, no que se refere ao formato adotado e suas possíveis implicações práticas na rotina do Capixaba. Mesmo não sendo um veículo divulgador assíduo de casos de violência, A Gazeta adotou uma característica muito comum em veículos mais populares: a utilização de palavras e jargões que oferecem uma interpretação pré-estabelecida para o leitor da informação.

O termo “medo”, já no início da manchete, atrelado ao senso de urgência do subtítulo “reportagem especial”, colaboram para um desenho de cenário caótico na rotina do cidadão. Vale ressaltar, entretanto, que este trabalho não pretendeu analisar a reação dos leitores em relação às matérias, mas sim, a contribuição dos formatos, linguagens e “modos de fazer” para com a repercussão percebida naquele período e algum tempo depois.

Além desse, outros termos foram utilizados em larga escala durante todo o mês de fevereiro de 2017. “Pânico”, “tiro”, “caos”, “saques”, “violência”, “guerra”, “pavor” e “correria” foram alguns dos termos mais percebidos pela análise do presente trabalho, principalmente se comparado aos meses anteriores e posteriores de A Gazeta.

A mudança mais expressiva avaliada por este trabalho, diz respeito estética adotada pelo jornal no período da greve. A estética de A Gazeta, principalmente no que se refere a diagramação das páginas e a escolha de elementos como fotos, tamanhos de fontes e notícias por página, oportunizou a conclusão da hipótese apontada por esta pesquisa. A Gazeta transformou o seu “jeito de contar” ao se referir aos fatos e ocorrências no período da greve.

A criação do caderno, “caos na segurança” confere destaque ao posicionamento adotado pelo impresso. O veículo utilizou elementos como, letras maiúsculas nas manchetes, fotos destacadas e um maior número de matérias por página, auxiliando a interpretação de mudança brusca na rotina do processo de produção, oportunizada pela mudança na rotina da cidade.

Como já mencionado anteriormente, A Gazeta sempre se apresentou como um jornal produzido para um público mais elitizado. Por isso, a estética se mantinha clara e clássica, com elementos pouco destacados, oportunizando uma diagramação sem grandes destaques e contrastes de cores, fontes e fotos que pudessem gerar desconforto na interpretação. Mas no período da ocorrência, principalmente depois do terceiro dia de paralização, a diagramação mudou. O vermelho, comumente utilizado por A Tribuna na divulgação de fatos sobre a violência urbana, passou a fazer parte da paleta de identificação do caderno especial em A Gazeta. Além disso, as manchetes, destacadas em caixas pretas, colaboraram para o aspecto “extraordinário” do que estava sendo divulgado.

A seguir, um comparativo de matérias sobre violência divulgadas em A Gazeta. De um lado, uma matéria veiculada no dia 09 de janeiro, trazendo a público a prisão de um agente penitenciário que atirou em sua esposa grávida. Do outro, uma matéria veiculada no dia 08 de fevereiro, após o anúncio da Greve da PM.

uma das estratégias de maior destaque no mês de fevereiro, em relação à greve, foi a divulgação de infográficos quantitativos que ofereciam, ao leitor, um panorama do que havia acontecido até o momento.



Figura 11, A Gazeta, 09/01/2017 Figura 12, A Gazeta, 08/02/2017

No dia 17 de fevereiro, por exemplo, A Gazeta trouxe uma página com a manchete “Maioria dos mortos é jovem”. Ao lado da manchete, um gráfico com os índices foi apresentado com ilustrações, porcentagens e perfil das vítimas.



Figura 13, A Gazeta, 17/02/2017

### - A TRIBUNA

No que se refere a divulgação de fatos sobre a violência, A Tribuna não sofreu grandes alterações em relação ao seu processo rotineiro de produção. Por isso,

o leitor do jornal não teve grandes surpresas ao avaliar o tipo de matéria proposta nos dias de conflito.

Entretanto, é inegável a quantidade extensa de fatos relacionado à greve, contribuindo para um aumento substancial do número de incidentes anunciados naquele período. No mês da greve, A Tribuna produziu quinhentas e dezenove (519) matérias sobre violência, sendo quatrocentas e oitenta e nove (489) referentes à greve propriamente dita, divididas em cento e noventa e duas (192) páginas.

Em A Tribuna, não foram observadas grandes alterações no formato ou na linguagem adotadas pelo veículo na repercussão da crise da segurança pública no ES. Apesar disso, estratégias, como a criação de reportagens especiais, também foram utilizadas durante a cobertura, atestando o senso de urgência que a ocorrência demandava.

Na busca pelos termos mais utilizados nas reportagens, encontramos similaridade entre os jornais. Entretanto, diferente da principal concorrente, A Tribuna já apresentava categorias com “caos”, “guerra”, “violência” e “pânico” como termos recorrentes em seu editorial.

Para o período em questão, apesar da pouca alteração nas abordagens, A Tribuna trouxe um recorte mais incisivo às suas páginas. Com matérias que chegaram a desdobramentos de três páginas, o veículo adotou o detalhe como forma de levar a informação para as pessoas. Em termos comparativos, principalmente no que se refere à construção de informações oficiais, notamos maior articulação em A Tribuna do que em A Gazeta, possivelmente favorecida pela abordagem rotineira do impresso e pelas fontes que mantém continuamente com esse fim.

Episódios como a chegada do Ministro Raul Jungmann ao estado e suas estratégias para minimizar os efeitos da paralização, foram amplamente divulgados por A Tribuna com formatos que nos remetiam propostas de “reviravolta” no caso.

Em relação a divulgação de notícias de utilidade, A Tribuna e A Gazeta se mantiveram similares. Os dois jornais fizeram balanços diários sobre o que sofreria ou não alteração de funcionamento no dia seguinte.

Outra estratégia percebida em várias matérias de A Tribuna, se refere à divulgação de números sobre as ocorrências no recorte temporal da paralisação. No dia 10 de fevereiro, por exemplo, a manchete destaque da página 17 do jornal, trazia: “Trezentas lojas já foram saqueadas no Estado”. Mesmo que pareça desprezioso, é preciso qualificar como a divulgação de um número tão grande pode impactar a população que, naquele momento, só sabia o dia de início da paralisação, mas não fazia ideia sobre quanto tempo a situação de caos poderia durar.

Em relação a estética, A Tribuna manteve sua linha de divulgação de fatos sobre a violência, mas apresentou um formato especial para o que se referia à greve. Além da abordagem habitual, A Tribuna investiu em infográficos similares aos publicados em A Gazeta e produziu desdobramentos de várias reportagens, construindo uma espécie de linha do tempo sobre o período de recorte deste trabalho.

O vermelho e outros tons fortes já faziam parte da paleta de A Tribuna. No período em questão isso ficou ainda mais evidente. As fotos escolhidas para as matérias seguiram a linha de apresentar os detalhes das ocorrências e contribuíram para uma interpretação sensacionalista dos fatos. No dia 14 de fevereiro, uma das matérias da página 6 falou sobre o incêndio criminoso em um ônibus na região de São Torquato, em Vila Velha.(A TRIBUNA, 2017) A foto grande, ocupando quase metade da página, exibia os destroços do ônibus após o incêndio com pessoas curiosas ao redor.



Figura 14, A Tribuna, 14/02/2017

De modo geral, o fotojornalismo busca imagens que ressignificam a matéria. Mais do que complementos, elas servem para contar uma nova história. Por isso, o tamanho e a quantidade de detalhes apresentados em uma imagem, contribuem significativamente para a interpretação dirigida pretendida pelo veículo. (BONI, 2000) Este conceito ficou evidenciado em diversas matérias, inclusive na apresentada anteriormente.

O que se analisou até aqui, em relação a estética adotada por A Tribuna no mês de fevereiro é que, em um panorama amplo, a divulgação de fatos sobre a violência não sofreu alterações significativas, já que esta prática já fazia parte da construção noticiosa do veículo. Entretanto, vale ressaltar aqui, que apesar da permanência estética, as notícias ganharam maior robustez a partir da criação de sessões especiais que dimensionavam a gravidade do que estava acontecendo no Espírito Santo.

## **Março: o recomeço**

No mês de março, a imprensa, de modo geral, ainda divulgou muitas notícias relacionadas direta ou indiretamente com a greve dos policiais militares do Espírito Santo. Em aspectos quantitativos, os veículos voltaram progressivamente ao seu ritmo cotidiano, de acordo com as ocorrências e seus respectivos “jeitos de contar” sobre a violência.

A gazeta, voltou ao seu padrão quantitativo diminuído em comparação com A Tribuna e noticiou cento e sessenta e dois (162) fatos sobre violência de todos os tipos. Dessas, sessenta e seis (66) ainda repercutiam causas, efeitos e desdobramentos do estado de greve vivenciado em fevereiro. Todas as matérias estavam divididas em noventa e seis (96) páginas do jornal, resultando em uma média de 1,6 matérias por página.

Ao avaliar a linguagem adotada por A Gazeta para a divulgação de matérias sobre a violência, em março, percebemos um resquício da forma adquirida durante a greve. Antes, o veículo mantinha uma linha editorial que se distanciava de A Tribuna por dois grandes motivos. O primeiro é o espaço destinado a divulgação da violência. Este, pelas estatísticas apresentadas até aqui, se manteve, mesmo após o fim da greve. O outro, se refere a linguagem adotada pelo jornal. Antes, A Gazeta divulgava as notícias de violência de maneira branda e menos incisiva. Já em março, mesmo quando a notícia não se referia direta ou indiretamente aos desdobramentos da greve, a utilização de termos como “aterrorizava”, “pânico” e morte, passaram a fazer parte da editoria de Cidades.

No dia 22 de março, a manchete principal da página 16 trazia: “Gangue que aterrorizava e matava é presa na serra”(A GAZETA, 2017). De modo geral, quando uma ocorrência como esta ganhava espaço em A Gazeta, os termos escolhidos partiam de uma linha menos espetacularizada, como: “Acusados de roubos e homicídios são detidos na Serra”. No que se refere a construção da mensagem em si, os dois títulos poderiam ser utilizados para a mesma ocorrência, mas ao interpretamos cada uma das palavras separadamente, é possível avaliar certo nível de sensacionalismo na escolha dos termos e na conexão dos sentidos.

CENTRAL CARAPINA

## Gangue que aterrorizava e matava é presa na Serra

Quatro foram parar na cadeia. Um menor detido confessou ter roubado vacinas

de GLACIERI CARRARETO  
gcarrareto@noticias.com.br

Uma gangue que aterrorizava e matava moradores do bairro Central Carapina, na Serra, foi parar na cadeia ontem. Entre os assassinatos praticados pelo bando está o do pedreiro Geraldo Soares Martins, 58 anos, morto com tiros de 20 tiros por não atender à ordem de fechar as portas durante um toque de recolher imposto pelo bando.

O grupo formado por Carlos Augusto Bruno da Silva, o Gugu, Weverton dos Santos da Silva, 26, e dois adolescentes de 17 e 16 anos, possuem condutas diferentes em vários crimes de homicídio e tentativa de homicídio. Mas todos possuem um elo em comum: Diego Pereira dos Santos, o Diego Monstro, apontado como chefe da "Gangue da Vals",



Dois adolescentes foram detidos com Carlos Augusto, o Gugu, e Weverton

uma das facções que atua em Central Carapina, que continua foragido.

"Na morte do pedreiro, os participantes simularam um assalto ao estabelecimento e assassinaram o trabalhador por ele não acatar o segundo dia de toque de recolher", destacou Rodrigo Sandi Mori, delegado adjunto da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Serra.

### INVESTIGAÇÕES

"Esses indivíduos possuem mandados de prisão e busca e apreensão por homicídios no bairro e são citados em outras investigações"

RODRIGO SANDI MORI  
DELEGADO

Em depoimento, o adolescente de 16 anos confessou ainda ter participado do roubo de doses de vacinas contra febre amarela do posto de saúde de Central Carapina, no dia 7 de março.

No dia da morte do pedreiro, Geraldo Martins, o adolescente de 17 anos rendeu três funcionárias da padaria e exigiu os pertences delas. As investigações apontaram que Diego

Monstro e o comparsa Jardeson da Silva Santos, o Jábuda, entraram nos fundos da padaria e descarregaram duas pistolas contra a vítima. Enquanto isso, Gugu gritava na rua dizendo ser um assalto à padaria para evitar chamar a atenção para o assassinato.

Jardeson foi morto pela gangue rival na última segunda-feira e também já possuía mandado de prisão pelo crime.

A prisão dos envolvidos foi realizada, ontem, durante uma operação coordenada pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Serra em conjunto com DCCVs da Grande Vitória e demais delegacias especializadas.

A operação desenvolvida hoje pela DCCV da Serra teve o apoio da Superintendência de Polícia Estratégica, Especializada e Prisional", contou José Arruda, delegado chefe da Superintendência de Polícia Especializada (SPE).

Figura 15, A Gazeta, 22/03/2017

Outra característica marcante, pouco utilizada nos períodos anteriores à greve, se refere ao fato de que A Gazeta passou a repercutir notícias por diferentes olhares mesmo após o fim das ocorrências. Isso não foi percebido no mês de janeiro, nem em matérias de repercussão nacional. Entretanto, ao fim da greve, A Gazeta pautou suas editorias com temas que se relacionavam indiretamente aos fatos advindos da paralisação das PMs.

O caderno, "caos na segurança", passou a se chamar "especial segurança", mas manteve a linha editorial de violência, com esclarecimentos, estatísticas, respostas oficiais e fatos curiosos sobre o período. No dia 12 de março, por exemplo, o caderno trouxe a manchete "jornalismo x greve da polícia militar: a importância da imprensa durante a crise na segurança". Mesmo sem aprofundamento no tema violência, o jornal apresentou o desdobramento da cobertura midiática em períodos icônicos como o da greve.



Figura 16, A Gazeta, 12/03/2017

Esta característica de repercussão contínua em assuntos destaque foi muito mais perceptível em A Tribuna do que em A Gazeta, nos meses que antecederam a greve. Entretanto, em março, A Gazeta manteve sua mudança editorial a partir na construção de um conteúdo mais amplo e robusto sobre a violência.

No que se refere à construção estética de A Gazeta, a primeira grande percepção é sobre a escolha das cores, além do posicionamento e determinação das imagens que ilustram as notícias. Como adotado durante a greve, o vermelho passou a fazer parte da paleta destaque do veículo, na divulgação de casos sobre a Vicência, principalmente quando ela ainda se referia aos desdobramentos da ocorrência de fevereiro de 2017, trazendo o peso estereotipado das discussões alcançadas no período.

Além disso, a quantidade de matérias alocadas por página também se manteve parecida com a adotada durante o período da greve. Essa estratégia, como citado anteriormente, está contemplada nas utilizadas por jornais que mentem tradição de divulgação de pautas sobre a violência.

Em relação às imagens, fotos com “plano detalhe”<sup>10</sup> passaram a ser ainda mais utilizadas nas matérias de segurança, atestando a permanência de estilo adotada em fevereiro e auxiliando na constatação de que períodos emblemáticos

<sup>10</sup> Estratégia utilizada para a produção audiovisual quando se deseja dar foco a um determinado elemento. Como quando uma matéria traz como ilustração a lágrima da pessoa entrevistada.

são capazes de pautar a estética dos veículos mesmo depois que chegam ao fim ou mesmo que ele não tenha tradição na divulgação dos referidos tipos de pautas.



Figura 17, A Gazeta, 15/03/2017



Figura 18, A Gazeta, 23/03/2017

Como apresentado pelas figuras anteriores, tanto quando o assunto era sobre a greve, ou quando se referia a outras questões, a estética adotada por A Gazeta guardou os resquícios editoriais apresentados no mês de fevereiro.

## - A TRIBUNA

Apesar de um número menor, se comparado ao mês anterior, A Tribuna manteve sua rotina de divulgação assídua de fatos sobre a violência. Ao todo, o veículo

publicou duzentas e oitenta e uma (281) matérias sobre violência. Dessas, oitenta e cinco (85) ainda repercutiam aspectos relevantes da greve. Elas estavam divididas em noventa e cinco (95) páginas, resultando a média de 2,96 matérias por página.

Em uma comparação exclusivamente quantitativa, é possível notar que em todos os meses analisados, inclusive em março, a quantidade de matérias por página em A Tribuna, é sempre maior do que em A Gazeta. Neste aspecto, podemos concluir que existe um padrão de utilização dos espaços de diagramação que se apresenta de maneira imutável, mesmo em situações atípicas como a greve.

Sem muitas surpresas editoriais, A Tribuna repercutiu a violência com a mesma abordagem dos meses anteriores. De modo geral, nenhum conteúdo chamou a atenção pela construção diferenciada no que tange a linguagem padrão adotada pelo veículo. Como a diferença numérica de notícias divulgadas nos dois veículos analisados é grande, é comum encontrar temas que só foram abordados em A Tribuna.

Normalmente, eles se referem a fatos de menor repercussão ou de comoção local, como a manchete divulgada no dia 16 de março: “Mãe queima filho de 4 anos por pegar suco sem avisar” (A TRIBUNA, 2017). Esse tipo de matéria ganha destaque nas manchetes principais, por gerar curiosidade, a partir do estranhamento na interpretação dos fatos.



Figura 19, A Tribuna, 16/03/2017

Como apresentado no capítulo anterior, uma das técnicas do sensacionalismo, é apontar a construção de uma interpretação fora do comum que ocasione a curiosidade no leitor. No caso da manchete citada anteriormente, a pequenez do motivo que levou a mãe a queimar o filho, é o que torna a notícia ainda mais trágica e com abertura para uma linguagem espetacularizada.

Já fazia parte da hipótese deste trabalho a ideia de que as maiores alterações de linguagem poderiam ser percebidas em A Gazeta, já que, no aspecto de construção da notícia, A Tribuna já carregava a tradição de divulgação massiva de notícias sobre a violência.

Com pouca alteração estética de um mês para o outro, A Tribuna manteve seu estético no caderno de “polícia” e voltou a publicação contínua de pautas sobre violência que não se relacionavam diretamente à greve. A paleta de cores permaneceu com destaque para o vermelho e a alta concentração de matérias em uma única página, continuaram fazendo parte das escolhas editoriais do veículo.

De modo geral, a conclusão da análise em relação ao veículo A Tribuna, é que apesar do movimento atípico ocasionado pela greve, a violência já fazia parte do cotidiano editorial do jornal, fazendo com que poucas mudanças fossem notadas para além do aumento do número de matérias sobre o tema, durante o período oficial da paralisação dos Policiais Militares do Espírito Santo.

Diferente de A Gazeta, A Tribuna não manteve o caderno especial sobre a greve para noticiar coisas relacionadas ao período. Em março, quando alguma matéria trazia dados ou desdobramentos do vivenciado em fevereiro, a pauta estava alocada no caderno de polícia e só foi identificada por meio de um pequeno subtítulo; “Greve da PM”.

### **A semana do Caos (05 a 10 de fevereiro)**

Oficialmente, a greve durou do dia 04 ao dia 25 de fevereiro de 2017, quando os policiais iniciaram o retorno aos seus postos de trabalho e os manifestantes começaram a desocupar os quartéis após decisão judicial, veiculada em toda a imprensa local e nacional (A GAZETA, 2017).

Entretanto, para a análise conteudística pretendida nessa pesquisa, concentrou-se a atenção nos dias de maior ocorrência de violência no que se refere a divulgação da imprensa capixaba. Segundo dados conferidos pelo sindicato dos policiais e replicado no balanço realizado por A Gazeta, três meses após a greve, os dias mais violentos em número de ocorrências de crimes foram os dias 5, 6, 7, 8, 9 e 10, com destaque para os dias 06 e 7 que concentraram 40 e 22 mortes respectivamente (A GAZETA, 2017).

Para essa análise, foi preciso recorrer à construção noticiosa da semana em questão com o objetivo primário de entender qual o tipo de violência os jornais adotaram como ponto focal para a veiculação dos fatos. Para isso, partiu-se da observação dos pontos de maior destaque nas manchetes, nos gráficos e nos textos.

Os dois jornais analisados partiram de uma mesma lógica de construção noticiosa. A Violência foi considerada para além dos atos físicos em si. A própria restrição à liberdade, durante todo o período de ocorrência, também foi tratada como tal.

No dia 05 de fevereiro, ainda no início da greve, A Gazeta veiculou uma matéria de meia página para informar à população sobre o fechamento do comércio local. O primeiro parágrafo da matéria trazia: “Falta de policiamento deixou comerciantes inseguros em manter portas abertas”. A matéria não trouxe dados de assaltos que foram executados ou lojas que tiveram portas arrombadas, mas tratou o medo dos comerciantes como possíveis indícios de violência. Dessa forma, a ideia de que violência só deve ser percebida após um ato físico é desconstruída pela abordagem dos jornais durante o período de greve.



Figura 20, A GAZETA, 05/02/2017

Para além deste contexto, na semana de maior ocorrência de crimes, outra característica chamou a atenção. Como os números cresciam em larga escala, os jornais adotaram a rotina de trazer mais o quantitativo do que os fatos em si.

Ao invés de contextualizar cada um dos homicídios, roubos ou saques, A Tribuna e A Gazeta concentraram os detalhes nos crimes de maior repercussão e mantiveram suas páginas com destaque para os números crescentes de ocorrência de violência. Afinal, parte-se do princípio que o que torna o evento extraordinário, não é a história por trás de cada crime, mas a quantidade de ocorrências sofridas em um curto espaço de tempo.

No dia 08 de fevereiro, os dois jornais trouxeram a informação do registro de 87 mortes no fim de semana anterior. A Principal diferença na abordagem dos veículos está no espaço conferido ao número e ao fato. A Tribuna trouxe a informação como um complemento de uma matéria que tratava a morte de um policial civil. Já A Gazeta destacou na matéria de página inteira que “A escalada de homicídios continua no estado”. (A GATEZA, 2017)

Essa diferença pode ser explicada pela abordagem rotineira dos jornais no que diz respeito à divulgação de casos de violência. A Tribuna, que mantém tradição em promover o debate de todos os tipos de violência, optou por tratar o número como uma informação secundária, já que uma morte específica deveria ganhar espaço na página do veículo. Para eles, o número crescente é a consequência das diversas ocorrências destacadas diariamente nas páginas.

Em A Gazeta, o destaque é exclusivamente destinado ao número de ocorrências, já que o que torna o evento atípico com a rotina editorial do jornal não são os fatos em si, mas o exponencial crescimento das ocorrências do que se entende por violência. Além do número alarmante, A Gazeta confere destaque ao que eles chamaram, durante todo o período de greve, de “mapa da violência”. Na imagem, localizada no canto inferior direito, A Gazeta apresenta um mapa do Espírito Santo, com um descritivo dos locais de maior ocorrência de crimes naquela semana.



maiores jornais em circulação no Estado, o primeiro passo foi analisar como cada um deles se comportava na divulgação da violência, mesmo em momentos não emblemáticos.

Neste aspecto, analisar A Gazeta e A Tribuna sob a perspectiva dos quadros definidos por Goffman (2012) é dar luz ao contexto que relaciona a percepção de mundo a partir das experiências humanas e suas construções subjetivas.

“As definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra [usada para se] referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar.” (Goffman, 2012, p. 34).

A partir desses conceitos e buscando uma análise comparativa dos dois jornais, só pela diferença numérica, é possível dizer que os dois veículos não representam os acontecimentos de uma mesma região. Com números altos sobre casos de violência, A Tribuna traz um quadro das cidades que alarma a população sobre os mais diversos tipos de crimes. Desde casos com pouca ou nenhuma repercussão nacional, até os casos que ganharam espaço na grande imprensa.

Dadas as características do seu público alvo, A Tribuna se dedica a manter um laço de representação do cotidiano que busca construir o espelho de um dos aspectos da identidade do povo. Vale ressaltar que, como a análise se ateve somente ao caderno de polícia, não foi possível avaliar se a representação da identidade a partir de outros aspectos, como a cultura, também se dão com a mesma intensidade.

No caso da violência, em termos de linguagem e estética, A Tribuna constrói seu discurso baseado na espetacularização do fato a partir de manchetes que utilizam palavras adjetivadas e explícitas como: pânico, medo, terror, violência, estupro, morte etc... Além disso, o veículo utiliza a estratégia de alocar mais de três matérias sobre violência por página, trazendo a sensação de que o número de ocorrências é maior do que em outros jornais.

Por fim, trazendo luz ao período específico da greve, apesar do aumento do número de casos de violência veiculados, não foi possível perceber grandes

alterações editoriais em A Tribuna, já que, como citado anteriormente, a prática de divulgação desse tipo de matéria já fazia parte da construção linguística, estética e editorial do jornal em questão. O aumento do número de casos, portanto, não pode ser atribuído a mudança estrutural do veículo, mas sim ao aumento das ocorrências vivenciadas no período em si.

Apesar da pouca mudança encontrada, faz-se necessário dizer que, por ter se tratado de um período atípico, as matérias ganharam uma roupagem padronizada, afim de construir uma linha do tempo sobre os acontecimentos e contextualizarem o leitor sobre os principais pontos da ocorrência. Essa roupagem pode ser percebida por meio dos subtítulos e subeditorias alocadas dentro do caderno de “policia”.

Neste aspecto, A Tribuna constrói um discurso baseado em enquadramentos que colocam o espírito santo no topo do ranking de violência, construindo uma imagem, para o leitor, de que ele está inserido em um contexto social vastamente vulnerável e amplamente perigoso.

Já na análise feita em A Gazeta, foi possível perceber uma série de alterações passageiras e permanentes construídas antes, durante e depois do período da greve.

A abordagem do veículo é sempre menos direta e adjetivada quando o assunto é violência. De modo geral, eles se dedicam somente a publicação de casos que ganham larga repercussão. Essa diferença fica ainda mais clara com o fato de que A Gazeta não tem um caderno exclusivo para casos de segurança. Quando o espaço precisa ser utilizado, a editoria de “Cidades” ganha o subtítulo “segurança” e serve de suporte para a publicação. A estratégia parece fazer parte de uma abordagem mais elitizada e menos popular na construção do veículo.

A abordagem do veículo é sempre menos direta e adjetivada quando o assunto é violência. De modo geral, eles se dedicam somente a publicação de casos que ganham larga repercussão. Essa diferença fica ainda mais clara com o fato de que A Gazeta não tem um caderno exclusivo para casos de segurança. Quando o espaço precisa ser utilizado, a editoria de “Cidades” ganha o subtítulo

“segurança” e serve de suporte para a publicação. A estratégia parece fazer parte de uma abordagem mais elitizada e menos popular na construção do veículo, em consonância com o analisado por Malaquine et al. (2008)

Apesar disso, em fevereiro, A Gazeta surpreendeu o leitor em termos editoriais, com uma cobertura ampla e detalhada de todos os aspectos da greve e suas implicações. De um mês para o outro, linguagem e estética sofreram drásticas alterações que foram desde a escolha de manchetes mais incisivas e adjetivadas, até a escolha de imagens com “planos detalhes” que construíram uma abordagem espetacularizada do período em questão. Toda a cobertura foi feita a partir de um caderno especial intitulado “Caos na Segurança”. O caderno ficou vigente durante toda a greve e voltou às páginas de A Gazeta sempre que algum desdobramento do período precisava ser veiculado.

A análise faz referência ao fato de que A Gazeta manteve algumas dessas alterações mesmo após o fim da greve. O tom avermelhado na paleta, os termos adjetivados nas manchetes, as imagens com plano detalhe e a quantidade de matérias alocadas por página foram algumas das mudanças percebidas por este trabalho. Tudo isso faz com que se conclua o poder de um período emblemático para a construção editorial de um veículo. Mesmo com tradição menos estimulada pela representação da violência, A Gazeta viu seu conteúdo sendo transformado a partir de um recorte temporal de 20 dias.

É possível avaliar os quadros primários dos dois veículos a partir de seus públicos de interesse permanente. Se os quadros primários são determinados pela construção social e cultural de cada povo, pode-se concluir que os quadros primários de A Tribuna são pautados por tudo o que diz respeito ao cotidiano do povo que vive na periferia. Por outro lado, A Gazeta constrói seus quadros primários a partir de uma cultura mais elitizada, desenhada por padrões sociais de um grupo que tem a violência como pauta secundária, já que não vivencia o problema diariamente.

A partir dos conceitos trazidos por Traquina (2001) e após a análise dos três meses dos jornais A Tribuna e A Gazeta, algumas questões puderam ser

respondidas. Afinal, o jornalismo pode ser capaz de conduzir as ações do cidadão?

Por meio da construção noticiosa apresentada pelos dois jornais, foi possível ver que sim. A análise de conteúdo deste trabalho identificou algumas provas de que as ruas da cidade foram noticiadas como “esvaziadas” ao mesmo passo que a produção jornalística sobre violência ganhava robustez. Isso nos faz pensar que as ações da população podem estar minimamente pautadas pela construção das editorias dos jornais.

Logo após as primeiras informações sobre casos de violência, uma das principais pautas repetidas massivamente por toda a mídia local se referia ao gradual esvaziamento das ruas das cidades. Quanto mais casos de risco à segurança eram noticiados, menos pessoas os repórteres encontravam nas ruas. Isso pode ser explicado não só pelo próprio senso de responsabilidade individual que sugere um resguardo em casos de risco contínuo, mas também pela construção de um recorte da realidade social, transmitida pela mídia que informa, e neste caso, também apavora.

Neste aspecto, podemos concluir que além de promover o esclarecimento da população em relação a ocorrência vivenciada em 2017, os jornais provocaram a ação conduzida de seus leitores. Isso não quer dizer que a interpretação pode ser traçada como homogênea, mas deve ser entendida como passível de direção.

Por fim, esta análise buscou os conceitos de Park (1976) para entender até que ponto a notícia continua sendo notícia ou se transforma em história. Como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, o autor nos mostrou os aspectos que constituem o fazer jornalístico a partir da construção das matérias.

A partir da teoria apresentada, trazendo luz à análise construída por esta pesquisa, é possível entender, na prática, o que Park (1976) quis dizer ao afirmar que um fato só permanece notícia enquanto ainda reflete o cotidiano ou a realidade do povo que o cerca.

Após o fim da greve, o número de matérias que repercutiam a ocorrência diminuiu drasticamente e só voltou a subir em casos de desdobramentos ou posicionamentos oficiais, como a saída da força nacional do ES, as novidades sobre as punições dos policiais envolvidos e os possíveis pedidos de anistia por parte dos parentes dos militares. De modo geral, a produção jornalística da imprensa local do Espírito Santo, voltou à sua realidade cotidiana, mesmo com as marcas de um fato que, ao fim da paralisação, ganhou lugar na história e não mais nos cadernos especiais diários dos jornais.

## **Considerações Finais**

De modo geral, pudemos entender o processo de construção da notícia a partir da realidade vivenciada no Espírito Santo, em fevereiro de 2017. Até aqui, objetivou-se analisar como a imprensa impressa local se comportou no período e de que maneira um período emblemático como o ocorrido pode transformar a rotina editorial de um veículo de comunicação.

Para a viabilidade da pesquisa, foram selecionados os dois maiores jornais em volume de circulação no Estado e um período de recorte que contemplou três meses de coleta. Janeiro, fevereiro e março, serviram de suporte para a possível comparação que desenhou as mudanças estruturais adotadas antes, durante e depois do período em questão.

Após as análises propostas no terceiro capítulo deste trabalho e a partir do perfil coletado de cada um dos jornais, foi possível avaliar uma mudança estrutural mais drástica em A Gazeta do que em A Tribuna. Por ser um jornal construído majoritariamente para o público classe “A”, A Gazeta não exhibe tradição de divulgação de notícias sobre a violência e nem sequer tem um caderno dedicado ao tema, diferente do principal concorrente que publica ao menos o dobro de notícias sobre segurança, todos os dias, em um caderno intitulado “Polícia” e dedicado ao exercício exclusivo da divulgação da violência de todos os tipos.

Por não manter essa tradição, A Gazeta apresentou as maiores mudanças durante a greve, ao propor uma cobertura detalhada e contínua, em um caderno

especial, intitulado “caos na segurança”, com diversos elementos subjetivos que colaboraram para a espetacularização dos fatos, como: manchetes adjetivadas, tons avermelhados nas paletas da editoria, imagens com planos detalhes e abordagens mais incisivas.

Essa mudança estrutural é explicada pela necessidade de elaboração de um roteiro especial para a cobertura de um evento extraordinário, que demandou atenção total do veículo, por se tratar de algo capaz de interferir direta e indiretamente na rotina do cidadão que se caracteriza como o seu público alvo.

Neste aspecto, A Tribuna, apesar de aumentar o número de ocorrências divulgadas durante a greve, não apresentou grandes alterações editoriais no que tange a construção noticiosa daquele período. De modo geral, A Tribuna apenas intensificou sua produção e propôs uma abordagem ainda mais incisiva para o seu público.

Através dos conceitos de autores como Goffman (2012) e Park (1976) pudemos entender como os enquadramentos das notícias são determinados e de que forma a sociedade é capaz de se relacionar com ele. Além disso, foi possível concluir que, apesar da gravidade dos fatos, eles só permanecem notícia até o momento em que interferem na construção social de um povo. Após isso, ganham espaço na história e só voltam à tona com desdobramentos capazes de reconstruir hipóteses de alteração na realidade.

Todo o processo de elaboração dessa pesquisa contribuiu para o entendimento do jornalismo como mecanismo social e passível de constante transformação, independente de rótulos que o atestem como veículo de uma classe predeterminada.

Portanto, conclui-se aqui, a última etapa do desenvolvimento de uma pesquisa que durou dois anos, avaliou cerca de 1250 páginas de jornal, aprofundou os conceitos que entrelaçam jornalismo e sociologia e abriu caminho para um campo vasto de pesquisas sobre um período marcado pelo caos e que guarda uma grande relíquia para o desenvolvimento das ciências sociais.

Vale ressaltar ainda, que apesar do término da pesquisa em questão, os dados coletados até aqui, são capazes de construir inúmeras possibilidades de aprofundamento científico, já que, apesar do fim do período de greve, a memória do que se viu, permanece viva na história, na população e nas páginas de jornal, mesmo após dois anos.

Como prova disso, destaca-se por fim, a recente decisão judicial protocolada pelo atual governador do Estado, Renato Casagrande, que confere anistia a todos os policiais envolvidos direta e indiretamente no período de greve.

“A Lei da Anistia aos militares estaduais que participaram da greve de 2017 no Espírito Santo foi sancionada pelo governador Renato Casagrande na tarde desta quarta-feira (16). Isso aconteceu após aprovação, por unanimidade, da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) nesta manhã. A anistia foi uma promessa de campanha do governador.” (A GAZETA, 2019)

Com isso, atestamos que este capítulo na história do Espírito Santo obtém inúmeros contextos que certamente ainda serão revividos por todos que estiveram presentes e principalmente pelo olhar da imprensa que mediatizou a partir de suas próprias perspectivas o que a população Capixaba viveu naquele tão emblemático fevereiro.

## Referências Bibliográficas

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo. Contexto, 2006.

AGRIMANI, D. (1995). **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47).

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. Colab. Pedro Lozano Bartolozzi. São Paulo: Moderna, 2001.

BERTRAND, C. **A Deontologia das Mídias**. Tradução Loureiro, Maria Leonor. Bauru, EDUSC, 1999.

BAUER, Martin e AARTS, Bas. **A construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. In BAUER martin e Gaskell, George. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som. Um manual prático. Petropolis, vozes, 2004

BAUER, Martin. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In BAUER martin e Gaskell, George. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som. Um manual prático. Petropolis, vozes, 2004

BAUER martin e Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som. Um manual prático**. Petropolis, vozes, 2004

BONI, Paulo César. **O discurso fotográfico: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo**. São Paulo, Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, ECA/USP, 2000.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. *A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações*, 2005. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

CRUZ, T. M. F. **Mídia e Segurança Pública**: a influência da mídia na percepção da violência. *Lumina (UFJF. Online)* , v. 2, p. 01-21, 2008.

CHESNAIS, Jean-Claude. **O aumento da violência criminal no Brasil**. Tradução Luiz Gonzaga de Freitas. *Força Policial*, São Paulo, n. 9, jan./mar, 1996.

CUNHA, José Marcos P. da et al. **A Vulnerabilidade social no contexto metropolitano**: o caso de Campinas, 09/2004, Cinetífico Nacional, XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Vol. 1, pp. 1-19, Caxambu, MG, Brasil, 2004.

Débora Regina. **Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo**. *Estudos de Sociologia*, v. 12, n. 22, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106793>

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 6.ed.São Paulo: Editora UNESP, 1991

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida Cotidiana**. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GASTALDO, Édson. Erving Goffman, **antropólogo da comunicação**. In: GASTALDO, Édson (org.). Erving Goffman: **desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

GOFFMAN, E. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987

HERSCOVITZ, H.G.. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia: BENETTI,

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: 2009.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004

KOVACH, Bill e Rosenstiel, Tom. **Os Elementos do Jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo, Geração, 2003.

KUNCZIC, Michael. **Conceitos de Jornalismo Norte e Sul**. São Paulo: Edusp, 2002.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Santa Catarina: Insular, 2001.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

MELLO, S. L. (1999) **A violência urbana e a exclusão dos jovens**. In B. B. Sawaia (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 129-140). Petrópolis: Vozes.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, pp. 148-150.

MONTES, Maria Lúcia Aparecida. **Violência, cultura popular e organizações**. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp. 220-223.

MALANQUINI, Aidê et al.. Grandes Projetos no desenvolvimento do Estado, 2008. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Quase 200**: a imprensa na história capixaba. Vitória: DIO, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MEDINA, Cremilda de Araujo. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Hucitec, 1999.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

ORLANDI, Eni P.. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Pontes, 2009.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias – linhas de análise do discurso**. Florianópolis: Insular, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Wagner Costa; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SEDDON, Danielle Santos do Nascimento. **Vulnerabilidade social no Espírito Santo**: conceito e mensuração. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SILVA Janaina et al.. Pós-guerra, **pré-golpe: a mídia capixaba de 1945 a 1964, 2008**. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008.

TITO, Amanda; SANTANA, João Cláudio de; TARCÍSIO; João. **A trajetória dos meios de comunicação capixabas, 2008**. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

VIANNA, George; TETE, Gleyson; NUNES, Guido. **A Tribuna: memórias de um jornal sem registros, 2005**. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. Martins Fontes, 2003.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

PERENCIN TONDATO, M. (2007). **Violência na mídia ou violência na sociedade? A leitura da violência na mídia**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, 126-133.

PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. **Sobre o facto e o acontecimento**. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.

HOLANDA, Janaína Maria Silva. **O Sensacionalismo na Imprensa Mossoroense: um estudo nos jornais impressos de Mossoro, 2009**, Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-sensacionalismo-holanda.pdf>

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó, SC: Argos, 2002.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a Study in the Construction of Reality**. Nova Iorque: Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. **Contando 'estórias'**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7. ed. Lisboa: Presença, 2002.